



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ ANO 2023 - EXERCÍCIO 2022



30 de março de 2023



Assinado com senha por MILENE LAISE SILVA CORREA, LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO, STELA REIS DE SOUZA, HUMBERTO PEREIRA LIMA FILHO, PAULO ROBERTO MARTINS CUNHA, TIAGO SILVA GUIMARAES, BETANIA SOUZA DA SILVA PINHEIRO e SHEILA ALVES DE LIMA MACIEL. Use 3596636.23684353-434 - para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3596636.23684353-434>
Documento gerado por LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO *Data e hora: 30/03/2023 16:18



TJPAMEM202317040A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

PRESIDENTE

Desa. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

VICE-PRESIDENTE

Des. Roberto Gonçalves de Moura

CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA

Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

EQUIPE SEAUD

SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA

Tiago Silva Guimarães

NÚCLEO ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA DE AUDITORIA E RISCO

Betânia Souza da Silva Pinheiro – Coordenadora

DIVISÃO DE AUDITORIAS

Lourival Pereira Boulhosa Neto – Chefe

Paulo Roberto Martins da Cunha – Analista Judiciário

Sheila Alves de Lima Maciel – Requisitada – Arquiteta

Stela Reis de Souza – Analista Judiciária – Ciências Contábeis

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTOS

Milene Laíse Silva Correa – Chefe

Humberto Pereira Lima Filho – Analista Judiciário - Ciências Contábeis



TJPAMEM202317040A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

**UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ**

Missão

A missão da Unidade de Auditoria Interna do PJPA é subsidiar a instituição no alcance de metas e realização dos objetivos, promovendo relações sinérgicas e mobilizando a gestão efetiva de riscos, controles e governança, aplicando as melhores práticas de auditoria, com visão estratégica, equipes capacitadas e voltadas para a inovação.

Visão

Conquistar nível de excelência na área de auditoria interna governamental, tornando-se referência no âmbito do Poder Judiciário nacional.

Valores

Profissionalismo, imparcialidade, ética, cooperação, independência e inovação são valores que norteiam a atuação da Unidade de Auditoria Interna do PJPA.



TJPAMEM202317040A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - SEAUD?

Trata-se de relatório de análise da Prestação de Contas Anual de Gestão, realizada pela Secretaria de Auditoria Interna, referente ao exercício 2022.

POR QUE A SEAUD REALIZOU ESTE TRABALHO?

O artigo 3º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2017 determina que todos os administradores e demais responsáveis por recursos públicos estaduais das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado devem encaminhar a prestação de contas anual de gestão.

Ainda no tocante à Prestação de Contas, a Resolução TCE-PA nº 18.975/2017, itens 23, 24 e 25 do Anexo I, combinada com o Art. 4º, § 2º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2017 determinam à unidade de controle interno a elaboração de relatório e parecer com o objetivo de refletir conclusivamente e de forma segregada por gestor, quando for o caso, as situações significativas apuradas no que diz respeito aos aspectos de regularidade e de gestão.

Em obediência aos normativos citados acima, esta SEAUD incluiu a elaboração do referido relatório e parecer no Plano Anual de Auditoria 2023 e apresenta neste documento o resultado deste trabalho.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA SEAUD?

Conforme determinado no Art. 4º, § 2º da Resolução TCE-PA nº 8.919/2017, esta SEAUD analisou as situações significativas apuradas no exercício de 2022, no que diz respeito aos aspectos orçamentários, financeiros e de gestão, concluindo ser possível recomendar a aprovação das contas dos responsáveis arrolados na presente Prestação de Contas.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

SUMÁRIO

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - SEAUD?	4
POR QUE A SEAUD REALIZOU ESTE TRABALHO?	4
QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA SEAUD?	4
Lista de Quadros	6
Lista de Gráficos.....	7
INTRODUÇÃO	8
Apresentação	8
Metodologia	9
1. DO PANORAMA ORÇAMENTÁRIO	10
1.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária	11
2. DA ANÁLISE DA GESTÃO.....	17
2.1. Avaliação da Gestão de Pessoal	17
2.2. Avaliação da Gestão de Compras e Contratações	29
2.3. Avaliação da Gestão de Obras e Serviços de Engenharia	38
2.4. Avaliação da Gestão de TIC	45
3. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	53
3.1. Do Balanço Orçamentário	53
3.2. Do Balanço Financeiro	73
3.3. Da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	80
3.4. Do Balanço Patrimonial.....	84
3.5. Demonstração das Variações Patrimoniais	97
CONSIDERAÇÕES GERAIS	101





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Lista de Quadros

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2022.....	11
Quadro II - Dotação Atualizada 2022.....	12
Quadro III - Dotação por Programa.....	12
Quadro IV - Dotação por Programa UG 040101.....	13
Quadro V - Dotação por Programa UG 040102.....	14
Quadro VI - Dotação por Programa UG 040103.....	16
Quadro VII - Evolução da despesa com pessoal por habitante no TJPA.....	23
Quadro VIII- Despesa de pessoal ativo em 2022.....	23
Quadro IX – Programa e Ação-Projeto Atividade.....	25
Quadro X - Quadro resumo da evolução de servidores.....	29
Quadro XI – Deságio no valor contratado.....	31
Quadro XII - Execução físico-Financeira.....	38
Quadro XIII - Execução físico-financeira da Ampliação da Infraestrutura Física.....	41
Quadro XIV - Execução físico-financeira da Reforma e manutenção dos Prédios do PJ.....	43
Quadro XV - Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados.....	45
Quadro XVI - Dotação Atualizada UG 040101.....	55
Quadro XVII- Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101.....	56
Quadro XVIII - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101.....	57
Quadro XIX - Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados - UG 040101.....	60
Quadro XX - Dotação Atualizada UG 040102.....	61
Quadro XXI - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101.....	62
Quadro XXII - Dotação Orçamentária x Empenhado.....	63
Quadro XXIII- Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040102.....	63
Quadro XXIV - Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados - UG 040102.....	66
Quadro XXV - Dotação Atualizada UG 040103.....	67
Quadro XXVI - Balanço Orçamentário - UG 040103.....	68
Quadro XXVII - Dotação Atualizada x Empenhado.....	68
Quadro XXVIII - Balanço Orçamentário - Quadro Principal – UG 040103.....	69
Quadro XXIX - Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados - UG 040103.....	72
Quadro XXX - Balanço Financeiro 2022 – UG 040101.....	73
Quadro XXXI - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040101.....	75
Quadro XXXII - Balanço Financeiro 2022 - UG 040102.....	76
Quadro XXXIII - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040102.....	77
Quadro XXXIV - Balanço Financeiro 2022 – UG 040103.....	78
Quadro XXXV - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040103.....	79
Quadro XXXVI - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101.....	80
Quadro XXXVII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102.....	82
Quadro XXXVIII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103.....	83
Quadro XXXIX - BALANÇO PATRIMONIAL - UG 040101.....	85
Quadro XL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES.....	86
Quadro XLI - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO.....	87
Quadro XLII - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO.....	87
Quadro XLIII - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo.....	87
Quadro XLIV - Componentes do patrimônio líquido.....	87
Quadro XLV - BALANÇO PATRIMONIAL.....	89
Quadro XLVI - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES.....	90
Quadro XLVII - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO.....	90
Quadro XLVIII - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO.....	91
Quadro XLIX - Imobilizado.....	91
Quadro L - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo.....	92
Quadro LI - Componentes do patrimônio líquido.....	92
Quadro LII - BALANÇO PATRIMONIAL.....	94
Quadro LIII - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES.....	95
Quadro LIV - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO.....	95
Quadro LV - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO.....	95
Quadro LVI - Componentes do patrimônio líquido.....	96
Quadro LVII - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	97
Quadro LVIII - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	98
Quadro LIX - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	99





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Projetos-Atividade do Programa Manutenção da Gestão - UG 040101	14
Gráfico 2 - Projetos-Atividade UG 040102 do programa Atuação Jurisdicional	15
Gráfico 3 - Projetos-Atividade UG 040102 do programa Manutenção da Gestão	16
Gráfico 4- Série Histórica das Despesas Totais do Poder Judiciário	18
Gráfico 5 - Despesa total por segmento de justiça	19
Gráfico 6 - Série histórica das despesas por habitante.....	19
Gráfico 7 - Séries históricas das despesas por habitante, por ramo de justiça.....	20
Gráfico 8 - Série histórica das despesas com pessoal, por ramo de justiça.....	20
Gráfico 9 - Custo médio mensal dos tribunais com magistrados(as) e servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais	21
Gráfico 10 - Evolução da despesa de pessoal por habitante.....	22
Gráfico 11 - Evolução dos gastos com pessoal.....	24
Gráfico 12 – Capacitações pela EJPA – Biênio 2021-2022	28
Gráfico 13 – Licitações por modalidade.....	30
Gráfico 14- Valor homologado.....	31
Gráfico 15 – Natureza da contratação.....	32
Gráfico 16 – Valor contratado x Natureza da contratação.....	32
Gráfico 17 – Executado x Disponível	39
Gráfico 18 – Comparativo do desembolso em Obras X Serviços de Engenharia.....	39
Gráfico 19 – Execução de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário.....	41
Gráfico 20 – Desembolso de recursos nas ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.....	43



INTRODUÇÃO

Apresentação

O presente relatório tem por finalidade dar apoio ao órgão de controle externo na análise da Prestação de Contas Anual de Gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará – PJPA, **exercício de 2022**, em atendimento ao Art. 74, inciso IV, da Constituição Federal, ao Art. 6º, inciso VI, da Resolução nº 18.975/2017, combinado com o Art. 2º, inciso IV, da Resolução 18.919/2017 e com o Anexo I, da Resolução nº 18.968/2017, ambas Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE-PA, demonstrando os fatos mais relevantes da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais das seguintes Unidades Jurisdicionadas: UJ 1.0.006.00 - Tribunal de Justiça do Estado; UJ 1.9.025.00 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ); UJ 1.9.010.00 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará e UJ 1.0.005.00 - Justiça Militar do Estado.

O escopo do relatório de análise da prestação de contas consiste em verificar a regularidade das contas apresentadas pela gestão, a partir da análise dos itens obrigatórios definidos no Anexo I da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017, utilizando como critérios leis e normas vigentes, e como parâmetros, metas e objetivos delineados pelos Macrodesafios, Programas e Projetos-atividade definidos para o exercício de 2022.

Não foram analisados: os registros contábeis que deram origem aos saldos apresentados nos demonstrativos contábeis; os autos de processos licitatórios e contratos; e os processos de medição de obras e serviços de engenharia.

Para a verificação de regularidades das contas, esta SEAUD utilizou alguns critérios de análise, dentre outros, os citados abaixo:

- Plano Plurianual – PPA 2020-2023;
- Lei nº 9.292/2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2022);
- Lei nº 9.496/2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2022);
- Plano de Gestão 2021-2023;
- Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023;
- Relatório de Gestão 2022 da Escola Judicial do PJPA;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

- Anexos componentes da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017.

Os trabalhos foram orientados para a fiscalização orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, bem como, para a avaliação da gestão de áreas relevantes para a prestação jurisdicional à sociedade, organizadas em quatro tópicos, a saber: Pessoal; Compras e Contratações; Obras e Serviços de Engenharia; e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Os trabalhos realizados à luz das análises dos documentos anexados ao Sistema e-Jurisdicionado e definidos por meio do Anexo I da Resolução nº 18.975/2017 do TCE-PA, abordam os aspectos acima citados em tópicos distintos, conforme segue:

- **Panorama Orçamentário**, análise de pontos relevantes da dotação orçamentária de 2022, partindo dos valores inicialmente propostos (dotação inicial), perpassando pelas alterações de dotação para demonstrar os valores efetivamente destinados à realização das despesas (dotação atualizada), até às explicações sobre a efetiva execução das despesas (execução orçamentária) do exercício;
- **Análise da Gestão**, exame do desempenho da gestão em relação aos demais recursos para a prestação jurisdicional à sociedade, a saber: *Pessoal (recursos humanos)*, *Compras e Contratações (recursos materiais)*, *Obras e Serviços de Engenharia (recursos de infraestrutura civil)*, e *Tecnologia da Informação e Comunicação (recursos tecnológicos)*.
- **Demonstrações Contábeis**, análises essencialmente contábeis da prestação de contas, e sobre o uso dos recursos públicos, bem como sobre a importância dos resultados obtidos.

Metodologia

A análise da prestação de contas foi elaborada cumprindo os requisitos exigidos em legislação pertinente, com base no exame da documentação enviada pelas unidades administrativas deste Tribunal, de acordo com o Anexo I da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Os trabalhos realizados pela SEAUD seguiram as normas e técnicas aplicáveis ao setor público e à atuação dos órgãos de controle interno.

Foram utilizadas técnicas de auditoria e de análise de documentos consideradas adequadas para a consecução dos trabalhos, entre elas: análise documental, conferência de cálculos e dados e exame de relatórios e de atos de gestão.

Especificamente para a análise do panorama orçamentário e análise das demonstrações contábeis foram utilizados como instrumentos auxiliares de aferição e pesquisa, os sistemas SIAFEM¹ e BO², sendo estes essenciais para o cotejamento dos lançamentos evidenciados nos documentos contábeis integrantes da prestação de contas.

Para a análise dos atos de gestão, foram utilizados o Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA, exercício 2022, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do PJPA cotejados essencialmente com a documentação anexada ao sistema E-Jurisdicionado, acrescida das justificativas e documentos comprobatórios necessários, para fins de Prestação de Contas.

1. DO PANORAMA ORÇAMENTÁRIO

A Lei Estadual nº 8.966, de 30 de dezembro de 2019, instituiu o Plano Plurianual do Estado do Pará, período de 2020-2023, e apresentou as dimensões estratégicas do Plano em “Programas Temáticos e Programas de Gestão”, “Manutenção” e “Serviços ao Estado”, elaborados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos constitucionais independentes.

A Lei Estadual nº 9.292, de 19 de julho de 2021, instituiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que dispôs sobre as metas e prioridades da administração pública estadual para o exercício financeiro de 2022.

A Lei Estadual nº 9.496, de 11 de janeiro de 2022, instituiu a Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício financeiro de 2022, estabelecendo a dotação orçamentária ao PJPA através dos Programas Temáticos “Atuação Jurisdicional” e “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário”.

¹Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.

²*Business Objects*, ferramenta adotada pelo Governo do Estado do Pará, que tem por finalidade extrair do SIAFEM dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial.



TJPAMEM202317040A



1.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária

Na avaliação da execução orçamentária será verificada a realização das despesas frente a arrecadação da receita.

1.1.1. Da Dotação

Através da Lei Estadual nº 9.496/2022, foi estimada a receita e fixada a despesa para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o exercício financeiro de 2022, no valor de R\$ 1.601.095.401,00, distribuídos entre as Unidades Gestoras da seguinte forma: UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, R\$ 1.429.328.510,00, UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário, R\$ 165.766.891,00 e UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil de TJPA, R\$ 6.000.000,00.

Para melhor detalhamento apresenta-se quadro com especificação dos valores previstos para cada Unidade Gestora, nos moldes do inciso III, do Art. 12, da LDO.

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2022

Dotação Inicial por Fonte de Recursos	TOTAL
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado	1.429.328.510,00
101 Recursos Ordinários	1.425.764.140,00
112 Receita Patrimonial	3.564.370,00
UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do P Judiciário	165.766.891,00
101 Recursos Ordinários	8.280.766,00
106 Recurso Provenientes de Transferências - Convênios e Out	60.000,00
112 Receita Patrimonial - Outros Poderes	3.981.903,00
118 Receita Própria do Fundo Reaparelhamento do Judiciário	152.919.222,00
123 Recursos Provenientes da Alienação de Bens	525.000,00
UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do TJPA	6.000.000,00
128 Fundo de Registro Civil de Estado do Pará	6.000.000,00
TOTAL	1.601.095.401,00

Fonte: Orçamento Geral do Estado do Pará 2022 vol. II – página 223

1.1.2. Da Execução

No decorrer do exercício, houve um incremento de R\$ 258.455.907,94 na dotação inicial da UG 040101 e consequentemente a dotação atualizada passou ao montante de R\$ 1.687.784.417,94.

Do mesmo modo, na UG 040102, houve um acréscimo de R\$ 47.135.828,61 em sua dotação inicial, resultando em uma dotação atualizada de R\$ 212.902.719,61.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Na UG 040103, o incremento foi de R\$ 5.171.258,15, resultando em dotação atualizada de R\$ 11.171.258,15. As Dotações Atualizadas estão discriminadas no quadro abaixo:

Quadro II - Dotação Atualizada 2022

Dotação Atualizada por Fonte de Recursos	TOTAL
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado	1.687.784.417,94
101 Recursos Ordinários	1.647.327.776,39
112 Receita Patrimonial - Outros Poderes	40.456.641,55
UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário	212.902.719,61
101 Recursos Ordinários	14.343.522,14
106 Recurso Provenientes de Transferências - Convênios e Outros	3.909.727,00
112 Receita Patrimonial - Outros Poderes	376.990,47
118 Receita Própria do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	150.014.470,17
123 Recursos Provenientes da Alienação de Bens	525.000,00
301 Recursos Ordinários	6.558.988,29
318 Receita Própria do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	32.103.271,00
323 Recursos provenientes de Alienação de Bens	1.677.837,54
UG 040103 - Fundo de Apoio ao Registro Civil Estado do Pará	11.171.258,15
112 Receita Patrimonial - Outros Poderes	583.788,08
128 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	9.887.470,07
328 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	700.000,00
TOTAL	1.911.858.395,70

Fonte: Bussiness Object - BO 2022

Importante ressaltar que, em 2018, no escopo de reduzir a estrutura administrativa do Poder Judiciário, visto o comportamento irregular da arrecadação das receitas, à época, resultantes de impostos naqueles exercícios, o Ofício nº 1244/2018-GP desativou a Unidade Gestora da Justiça Militar, a partir do exercício de 2019, incorporando o orçamento e a programação de gastos desta UG à Unidade Gestora do Tribunal de Justiça do Estado. Cumpre informar que em virtude da desativação da referida UG, não há qualquer movimentação orçamentária específica para a Justiça Militar. Em consequente, retornaremos a análise das outras Unidades Gestoras em atividade e sob a responsabilidade deste PJPA.

No intuito de observar a distribuição dos recursos dentro de cada Programa, cotejando a dotação inicial e dotação atualizada destacado por UG, elaboramos o quadro abaixo.

Quadro III - Dotação por Programa

Dotação por Programa





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	107.898.106,00	233.648.982,44
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	1.493.197.295,00	1.665.427.795,06
Governança Pública	0,00	12.781.618,20
TOTAL	1.601.095.401,00	1.911.858.395,70

Fonte: Bussiness Object - BO 2022

Ainda em análise ao quadro acima, é importante frisar que a Lei nº 9.469/2022 (LOA 2022) consigna no orçamento anual do PJPA apenas com os programas Atuação Jurisdicional e Manutenção de Gestão do Poder Judiciário. Em virtude disto, é evidenciado que o programa Governança Pública não possui registro de qualquer valor na coluna Dotação Inicial. Entretanto durante o exercício de 2022, houve movimentações de crédito que conferiram créditos orçamentários para este programa, possibilitando assim sua execução da despesa (empenho, liquidação e pagamento).

Quadro IV - Dotação por Programa UG 040101

Dotação por Programa		
UG 040101		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	13.234.442,00	70.974.301,75
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	1.416.094.068,00	1.616.810.116,19
TOTAL	1.429.328.510,00	1.687.784.417,94

Fonte: Bussiness Object - BO 2022

Em análise à UG 040101, convém fazer algumas observações: percebe-se que o programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário” foi o que demandou maior volume de recursos, representando 95,8% da Dotação Atualizada, cujas ações foram direcionadas ao custo com pessoal ativo, representado nas rubricas vencimento, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, contribuição para plano de saúde e pagamento de obrigações patronais, conforme ilustrado no gráfico abaixo.



TJPAMEM202317040A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 1 - Projetos-Atividade do Programa Manutenção da Gestão - UG 040101



Em análise à UG 040102, percebe-se que os programas “Atuação Jurisdicional” e “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário” demandaram, respectivamente, 75,7% e 24,3% dos recursos destinados para esta UG, considerando a Dotação Atualizada.

Quadro V - Dotação por Programa UG 040102

Dotação por Programa		
UG 040102		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	88.663.664,00	151.503.422,54
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	77.103.227,00	48.617.678,87
Governança Pública	0,00	12.781.618,20
TOTAL	165.766.981,00	212.902.719,61

Fonte: Bussiness Object - BO 2022

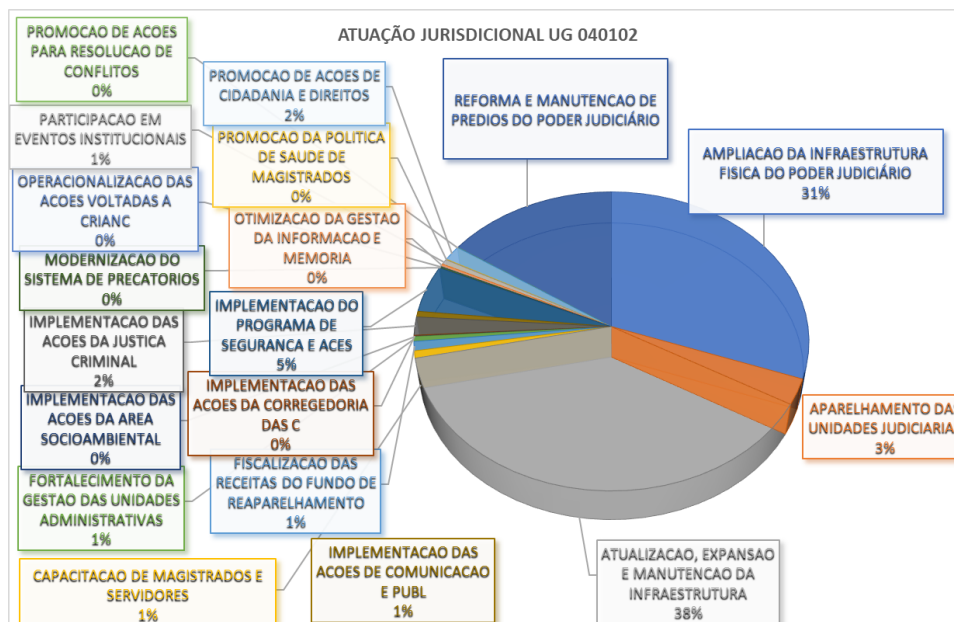
Ao programa “Atuação Jurisdicional” foram direcionados recursos para operacionalização da efetiva prestação jurisdicional, através das ações: Promoção de Ações de Cidadania e Direitos; Modernização do Sistema de Precatórios; Implementação das Ações da Justiça Criminal; Fiscalização das Receitas do FRJ, conforme ilustrado no gráfico abaixo.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 2 - Projetos-Atividade UG 040102 do programa Atuação Jurisdicional



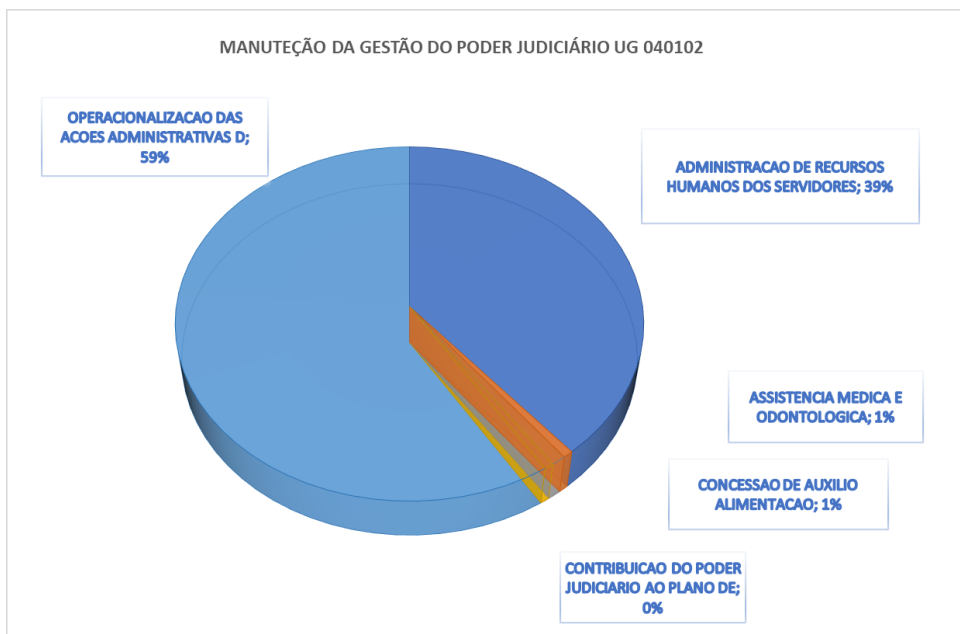
Ao programa “Manutenção da gestão do Poder Judiciário” foram direcionados recursos para operacionalização das ações administrativas e custo com pessoal ativo como: custos de pessoal, auxílio-alimentação, assistência médica e odontológica e contribuição para plano de saúde, conforme ilustrado no gráfico abaixo.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 3 - Projetos-Atividade UG 040102 do programa Manutenção da Gestão



Quadro VI - Dotação por Programa UG 040103

Dotação por Programa		
UG 040103		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	6.000.000,00	11.171.258,15
TOTAL	6.000.000,00	11.171.258,15

Fonte: Bussiness Object - BO 2022

Em análise, observou-se que os recursos da UG 040103 foram direcionados exclusivamente ao projeto-atividade “Implementação do Registro Civil pelos Órgãos de Cidadania”, representado com custos em equipamentos, material permanente, indenizações e restituições.

No exercício de 2022, a despesa empenhada na UG 040101 foi de R\$ 1.678.276.234,33; na UG 040102 foi na ordem de R\$ 139.923.514,89; e na UG 040103, foi de R\$ 8.593.305,08, correspondendo, respectivamente, a 99,4%, 65,7% e 76,9% de execução orçamentária da dotação atualizada.



TJPAMEM202317040A



2. DA ANÁLISE DA GESTÃO

2.1. Avaliação da Gestão de Pessoal

2.1.1. O PJPA no Cenário do Poder Judiciário Brasileiro

Com objetivo de divulgar dados estatísticos e indicadores do Poder Judiciário, e ao mesmo tempo, tornar público as atividades jurisdicionais desenvolvidas no cenário brasileiro, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, lançou a 19ª edição do Relatório Justiça em Números, apresentando informações acerca do exercício de 2021. Em que pese essas informações não representarem o movimento do exercício 2022, uma vez que há um lapso temporal entre a publicação do Relatório pelo CNJ e o presente trabalho, é salutar que se considere tais dados, a fim de observar os resultados e indicadores sobre a atuação do Poder Judiciário no decorrer dos anos.

O Justiça em Números inclui dados de 27 Tribunais de Justiça Estaduais -TJs; cinco Tribunais Regionais Federais - TRFs; 24 Tribunais Regionais do Trabalho - TRTs; 27 Tribunais Regionais Eleitorais - TREs; três Tribunais de Justiça Militar Estaduais -TJMs; Superior Tribunal de Justiça - STJ; Tribunal Superior do Trabalho - TST; Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Superior Tribunal Militar - STM; somando assim, 90 órgãos do Poder Judiciário.

A partir dessa 19ª edição, o relatório passou a contar com o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud - como fonte originária de obtenção de dados para sustentar seus principais indicadores. O relatório do Justiça em Números apresenta aspectos orçamentários, processuais e administrativos da atividade jurisdicional brasileira.

No capítulo “Recursos financeiros e de Pessoal”, demonstram-se dados sobre recursos orçamentários e de pessoas do Poder Judiciário, com informações sobre despesas, receitas e força de trabalho ao longo dos anos, calculando sua proporcionalidade em relação à população brasileira beneficiada.

Dessa maneira, no ano de 2021, as despesas totais do Poder Judiciário nacional alcançaram o montante de R\$ 103,9 bilhões. Esse valor, em relação as despesas do ano anterior, representa uma redução de 5,6%. A redução se deu, especialmente, em razão da variação na rubrica das despesas com pessoal, que

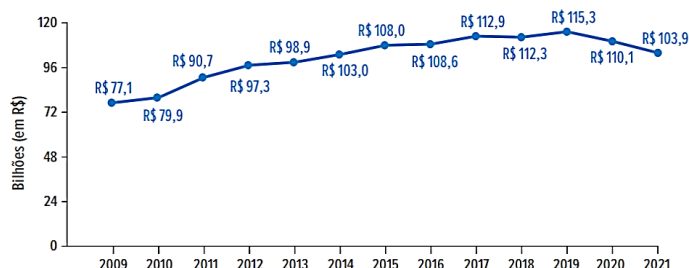




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

reduziram em 6,7%, e das despesas de capital, que reduziram em -2,4%. Importante ressaltar que os valores monetários anteriores a 2021 são deflacionados segundo o IPCA. Sendo assim, os valores apresentados podem divergir de dados apresentados em relatórios publicados para exercícios anteriores.

Gráfico 4- Série Histórica das Despesas Totais do Poder Judiciário



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

O relatório enfatiza que o gasto de 2021, desconsiderado o efeito da inflação, foi o equivalente ao ocorrido há nove anos, em 2013 e que as despesas do Poder Judiciário apresentaram reduções nos últimos dois anos, especialmente decorrente da queda dos gastos com pessoal.

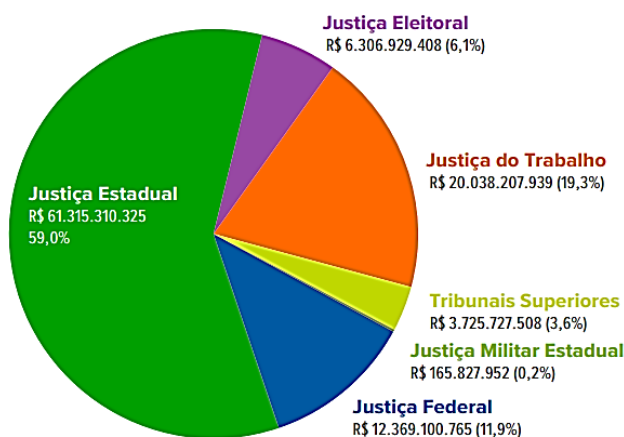
A Justiça Estadual, segmento que abrange 79% dos processos em tramitação, apresenta despesas que correspondem a aproximadamente 59% da despesa total do Poder Judiciário.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

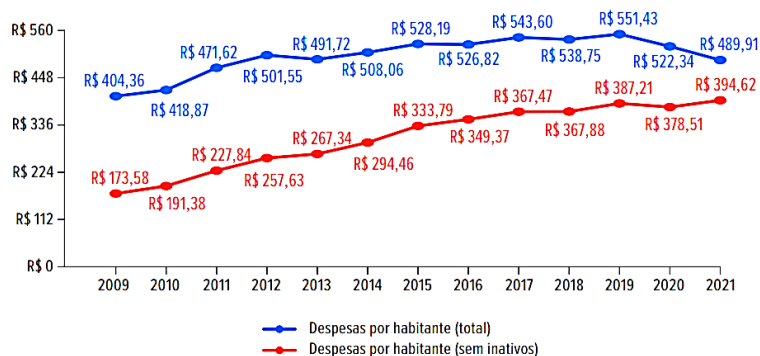
Gráfico 5 - Despesa total por segmento de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

Em 2021, o serviço de justiça custou R\$ 489,91 por habitante, R\$ 32,4 a menos, por pessoa, do que no ano anterior, o que representa redução de 6,2%. A redução nos gastos por habitante em 2021 ocorreu em todos os segmentos do Poder Judiciário. A maior redução ocorreu na Justiça do Estadual, com queda de R\$ 301,16 para R\$ 289,05, entre os anos de 2020 e 2021, como podemos observar nos gráficos abaixo:

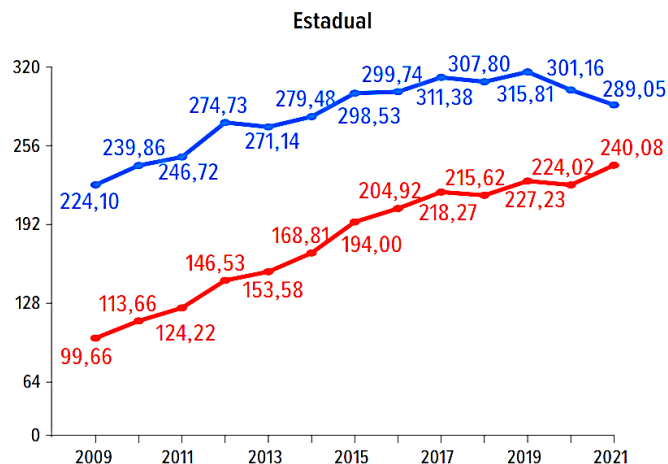
Gráfico 6 - Série histórica das despesas por habitante



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.



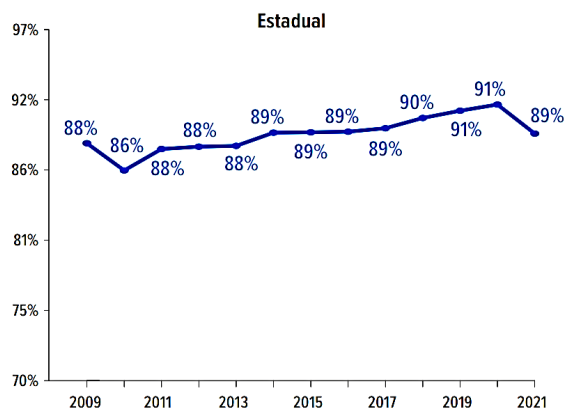
Gráfico 7 - Séries históricas das despesas por habitante, por ramo de justiça.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

As despesas com pessoal são responsáveis por 91,5% do gasto total do Poder Judiciário. O percentual gasto com pessoal permaneceu relativamente estável ao longo dos 13 anos da série histórica, e nos anos de 2020 e 2021 se observam reduções. No que se refere ao ramo de justiça, a Justiça Estadual é a que apresenta as menores proporções de gastos com pessoal, 89%.

Gráfico 8 - Série histórica das despesas com pessoal, por ramo de justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.

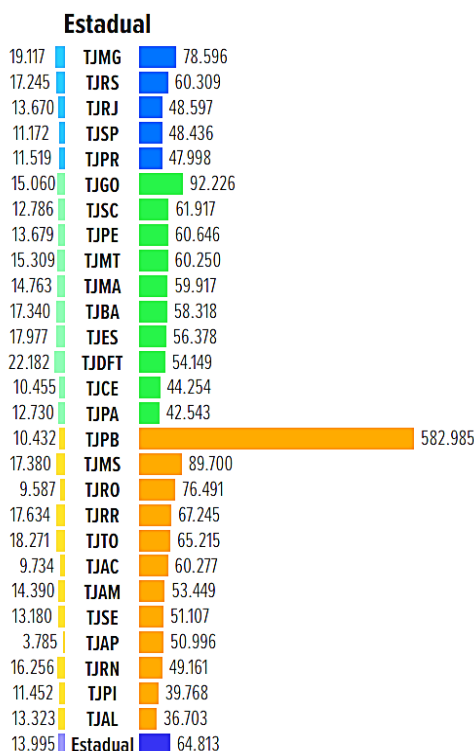




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Considerando as despesas médias mensais da Justiça com pagamento de magistrados(as) e servidores(as), observa-se que as despesas representam uma média mensal de R\$ 60,3 mil por magistrado(a); de R\$ 16,8 mil por servidor(a); de R\$ 4,3 mil por terceirizado(a) e de R\$ 849,12 por estagiário(a). O relatório deixa claro que esses valores incluem os pagamentos de remunerações, indenizações, encargos sociais, previdenciários, imposto de renda, despesas com viagens a serviço (passagens aéreas e diárias), o que não corresponde, portanto, aos salários, tampouco aos valores recebidos pelos(as) servidores(as) públicos.

Gráfico 9 - Custo médio mensal dos tribunais com magistrados(as) e servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais

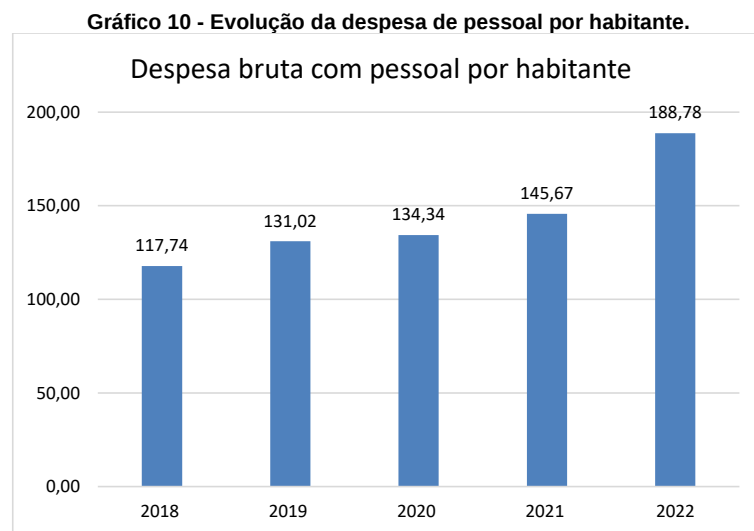


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2022.



Nesse panorama, observa-se que o TJPA, dentre os Tribunais de Médio Porte é o que menos gasta com magistrados (as) e o segundo com menor gasto com servidores (as), ficando atrás apenas do TJCE. Nessa linha, o PJPA tem dirigido esforços no intuito de manter os custos com pessoal dentro dos limites orçamentários delineados, tendo-os sob controle, ao mesmo tempo em que busca promover um atendimento de qualidade aos jurisdicionados, bem como garantir o atendimento de novas demandas.

O gráfico abaixo mostra a evolução do crescimento da despesa de pessoal por habitante no PJPA, nos últimos cinco anos.



O gráfico sugere uma ligeira alta no exercício de 2022 com relação aos gastos de anos anteriores. Isso se deu em razão da diminuição de 3,8% da população paraense estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme os dados apresentados pelo censo 2022.

É importante salientar que em 2022, a despesa bruta com pessoal, que compõem pessoal ativo e inativo e pensionistas, totalizou o montante de R\$ 1.593.854.936,06, segundo o Relatório de Gestão Fiscal-RGF.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

A tabela que se segue compõe as bases para os cálculos das despesas de pessoal por habitante, cujas fontes são o Relatório de Gestão Fiscal do PJPA 3º quadrimestre de 2022 e as estimativas de população 2022 publicadas no site do IBGE.

Quadro VII - Evolução da despesa com pessoal por habitante no TJPA.

ANO	Despesa Bruta com pessoal	População estimada	Despesa por habitante
2018	1.009.965.592,97	8.578.051	117,74
2019	1.127.189.262,91	8.602.865	131,02
2020	1.167.548.656,83	8.690.745	134,34
2021	1.278.603.558,93	8.777.124	145,67
2022	1.593.854.936,06	8.442.962	188,78

2.1.2. Despesas com Pessoal: Um Recorte do Relatório de Gestão Fiscal

No exercício de 2022, por meio de dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal, constata-se que o Poder Judiciário do Estado do Pará teve uma despesa com Pessoal Ativo na ordem de R\$ 1.379.738.511,61. Desse montante, depreende-se que 85,33% correspondem às despesas com Vencimentos e Vantagens, e 14,67% perfazem as Obrigações Patronais.

Quadro VIII- Despesa de pessoal ativo em 2022

Despesas de Pessoal Ativo em 2022

Vencimentos e Vantagens	85,33%	R\$ 1.177.384.478,97
Patronal	14,67%	R\$ 202.354.032,64

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2022 – 3º Quadrimestre

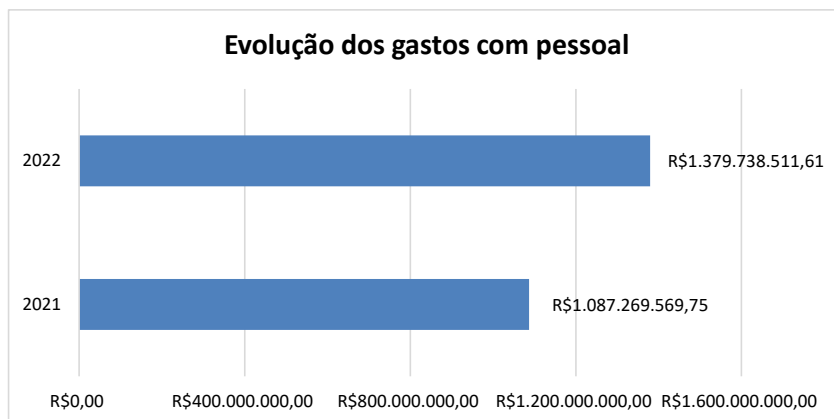
Comparada ao exercício anterior, a Despesa com Pessoal Ativo do ano de 2022, apresentou acréscimo de 26,90%.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 11 - Evolução dos gastos com pessoal



Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal 2021 e 2022 (3º Quadrimestre)

Ressalta-se que mesmo com o aumento da Despesa com Pessoal Ativo no ano de 2022, o PJPA cumpriu os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, posto que a Despesa Total com Pessoal representou 3,40% sobre a Receita Corrente Líquida do Estado do Pará, que foi de R\$ 34.198.301.843,20, ficando abaixo do primeiro limite estabelecido na LRF para o Poder Judiciário, qual seja, o Limite de Alerta representado por 5,40%, e com 0,39 % menor que o ano anterior, que foi de 3,79%.

2.1.3. Execução Físico-Financeira das Ações do PPA

Em uma análise acerca da Execução Físico-Financeira das Ações presentes no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA, exercício 2022, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do PJPA, destacam-se os pontos a seguir.

As ações foram executadas em três programas orçamentários: Atuação Jurisdicional; Manutenção da Gestão do Poder Judiciário; e Governança Pública. Dentre as ações, foram destaque, no que se refere a gestão de pessoas, no exercício 2022, segundo o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023, a recomposição do poder de compra do auxílio alimentação; e a indenização de férias e a conversão de licenças-prêmio em pecúnia para magistrados, magistradas, servidores e servidoras.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Em relação às ações voltadas para a ampliação do quadro funcional, pertencentes ao Programa Atuação Jurisdicional, registra-se a nomeação de 43 servidores para o 1º grau, um servidor para o 2º grau e um servidor para apoio indireto.

Quanto às ações voltadas para a execução da folha de pagamento dos servidores do TJPA, estas totalizam oito pertencentes ao programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário, sendo seis para pagamento de servidores e duas de magistrados, conforme quadro abaixo.

Quadro IX – Programa e Ação-Projeto Atividade

Programa	Ação - Projeto-Atividade
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 1º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 1º grau - FRJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 2º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 2º grau - FRJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- Apoio - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- Apoio- FRJ
	Administração de Recursos Humanos da magistratura 1º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos da magistratura 2º grau - TJ

Fonte: Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2022

De acordo com o quadro 06 apresentado no Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023 - Exercício 2022, os valores executados por meio do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário – FRJ, correspondem aos rateios para Oficiais de Justiça, estabelecido pela Lei nº 8.328/2015. Conforme o relatório, em relação as demais ações, houve uma programação superestimada, o que justifica a meta física executada aquém da prevista.

As últimas duas ações do Quadro 07, voltadas para execução do pagamento dos magistrados do TJPA, também pertencentes ao programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário, demonstram uma relação físico-financeira em consonância com o previsto, posto que o valor financeiro realizado foi de 99,4% e 95,4,7% para uma meta física de 123,9% e 90,6%, respectivamente.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

2.1.4. Ações de Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

O PJPA trabalha vários aspectos da gestão de pessoas por meio do macrodesafio, do Planejamento Estratégico, denominado Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas. Este macrodesafio refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Dentre as ações desenvolvidas no ano de 2022 que contribuíram para a melhoria da Gestão de Pessoas destacam-se:

- **Capacitação de Magistrados e Servidores**

Conforme Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023, exercício de 2022, no Programa “Atuação Jurisdicional”, foram realizadas 2.334 capacitações, por meio das ações “Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º grau – FRJ”; “Capacitação de Magistrados e Servidores - 2º grau – FRJ” e “Capacitação de Magistrados e Servidores - Apoio indireto a atividade judicante – FRJ”.

Conforme o relatório, a EJPA, durante o ano de 2022, realizou uma série de cursos e eventos que contemplaram a formação inicial e continuada de magistrados e servidores do PJPA. Foram executados 90 cursos regulares, podendo ser destacado cursos com a finalidade de aprimorar a atividade judicante, assim como as formações necessárias para aprimoramento das atividades meio do Judiciário Paraense. Também, foram realizados 29 eventos e 22 cursos autoinstrucionais.

- **Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores**

No Programa “Atuação Jurisdicional”, por meio da ação “Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores – FRJ”, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará realizou 179 eventos de atenção à saúde, com ênfase em recursos virtuais, como vídeos, entrevistas, cartazes. Foram previstos inicialmente 70 eventos para o exercício, assim, a meta física programada foi superada em 155,7%.



- **Assistência Médica e Odontológica**

No programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário”, por meio da ação “Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde”, foram vinculados 4.320 usuários, entre membros e servidores do 1º e 2º graus e apoio, ao plano de assistência à saúde.

Na ação “Assistência Médica e Odontológica”, do mesmo Programa, foram realizados 4.775 atendimentos, sendo: 2.776 consultas médicas e 1.378 consultas odontológicas que incluem 4.665 procedimentos.

Foram realizadas também 184 avaliações odontológicas pré-admissionais e o mesmo número de avaliações pré-admissionais médicas e psicológicas.

Ressalte-se ainda que nas consultas médicas e odontológicas não estão contempladas as atividades de natureza pericial (remoção, relotação, Revisão de Aposentadoria, Avaliação para Isenção de IRPF etc.), avaliadas pela Junta de Saúde, nem as avaliações pré-admissionais médicas, odontológicas e psicológicas. Também não fazem parte desse quantitativo os atendimentos/acompanhamentos psicossociais, que totalizaram 437, e de saúde ocupacional aos magistrados (as) e servidores (as), bem como todo o conjunto de atividades de natureza preventiva e de promoção da saúde realizado pelas equipes que compõe a Coordenadoria de Saúde e que integram a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados (as) e Servidores (as) citada neste documento.

Outro ponto a ser destacado é que, comparado ao ano anterior houve significativo aumento do número de atendimentos assistenciais, no entanto, ainda inferior ao número de atendimentos programados, devido a uma ênfase maior nas ações de Promoção à Saúde, e ainda em decorrência da pandemia de Covid-19.

2.1.5. Sobre a Escola Judicial do Pará

A Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará - Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa comemorou, no exercício de 2022, 40 anos de história. Nesta oportunidade foi realizado, conforme Relatório de Gestão da EJPA 2021-2023, evento comemorativo que ofereceu seis Master Classes, lançamento de livro, certificados de





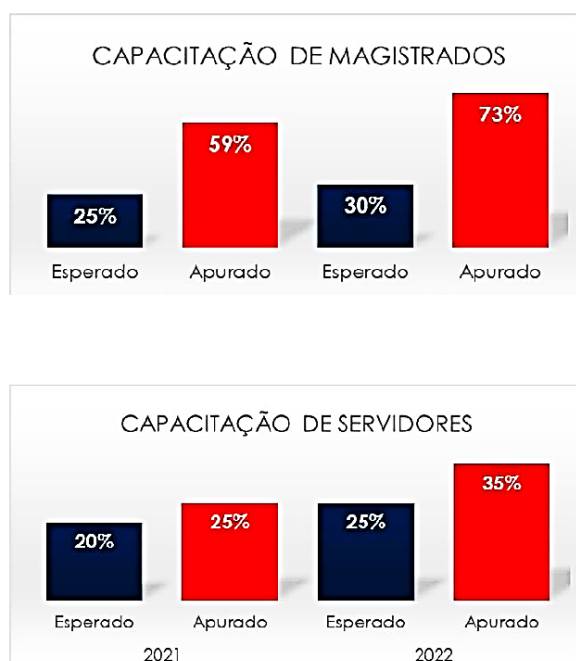
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

méritos docente e funcional, vídeo, logo e distintivo comemorativo. A realização da primeira *Master Class* foi o primeiro evento acadêmico da Escola Judicial e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará com tradução na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

No que se refere as capacitações, no exercício de 2022, a EJPA realizou 2.334 formações. Desse total 291 foram Magistrados e 2.043 Servidores, o que representa em termos percentuais 73% de todos os Magistrados (as) e 35% de todos os servidores (as) do PJPA. Foram realizados 90 cursos regulares, totalizando mais de 3.000h/a durante 2022.

Esse número superou a meta planejada para o biênio, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Capacitações pela EJPA – Biênio 2021-2022



Fonte: Relatório de Gestão da EJPA 2020-2023





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Em 2022, 18 cursos novos foram credenciados, aumentando a capacidade do corpo docente em produzir materiais atuais para atender à demanda de formação continuada de magistrados e servidores.

A EJPA passou a colaborar com a realização das ações do Laboratório de Inovação Pai D'égua do PJPA. As atividades compreendem ações voltadas ao desenvolvimento de competências profissionais de magistrados(as) e servidores(as) do PJPA, bem como com a aprendizagem contínua, a flexibilidade comportamental, inteligência emocional, comunicação simples, o foco no usuário, o trabalho em equipe, a fluência digital e a inovação.

2.1.6. Outras Informações Relacionadas a Pessoas

Quanto a outros aspectos gerenciais relacionados à Gestão de Pessoas, coletou-se dados junto à Secretaria de Gestão de Pessoas deste PJPA, o que possibilitou à SEAUD proceder uma avaliação ainda mais ampla em temas como progressão funcional e estágio probatório, como se pode constatar através do quadro abaixo.

Quadro X - Quadro resumo da evolução de servidores

Servidores que obtiveram progressão funcional (vertical e horizontal) do Quadro de Servidores do TJPA	1.253
Servidores com avaliação positiva no Estágio Probatório e que adquiriram o direito a estabilidade	236
Servidores com Processos Administrativos abertos (servidores que ainda não completaram 03 anos)	365

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal/SEGEP

Ressalta-se que este PJPA, manteve o teletrabalho, instituído pela Portaria nº 2738/2020-GP, de 01 de dezembro de 2020, no qual 575 servidores aderiram de forma permanente em 2022.

2.2. Avaliação da Gestão de Compras e Contratações

2.2.1. Das Licitações

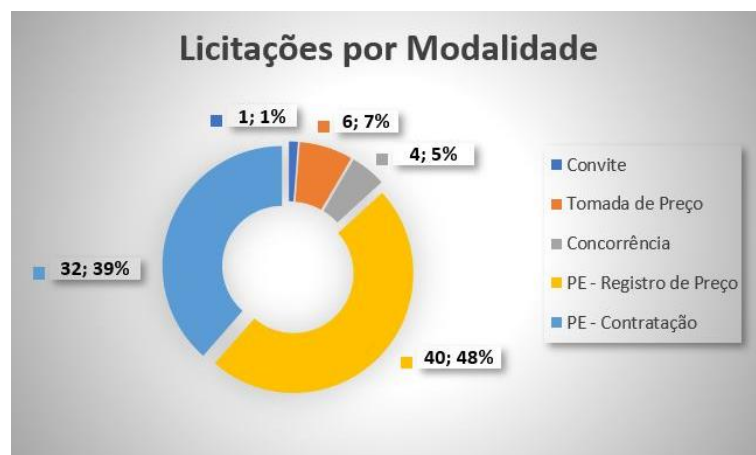


TJPAMEM202317040A



No decorrer do exercício 2022, o Poder Judiciário do Estado do Pará realizou 83 procedimentos licitatórios visando as aquisições de bens e contratações de serviços necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Gráfico 13 – Licitações por modalidade.



As modalidades de licitações realizadas pelo PJPA foram distribuídas no decorrer do ano de 2022 da seguinte forma:

- *Convite*: um certame para realização de obras e serviços de engenharia, com valor homologado totalizando R\$ 173.901,76;
- *Tomada de Preços*: seis certames para realização de obras e serviços de engenharia, com valores homologados totalizando R\$ 5.750.973,48;
- *Concorrência*: nesta modalidade foram realizados quatro certames para realização de obras e serviços de engenharia, com valores homologados totalizando R\$ 15.703.934,09;
- *Pregão Eletrônico*: foi a modalidade licitatória mais utilizada para as aquisições e contratações realizadas pelo PJPA no exercício 2022. No total, foram realizadas 72 licitações na modalidade em epígrafe, sendo 40 pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) e 32 no modelo ordinário da modalidade, para aquisição de material de consumo e material permanente, contratação obras e serviços de engenharia, de serviços de terceiros, terceirização e contratos de TIC. Pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), os valores homologados em licitação totalizaram R\$ 186.606.522,59. Já pela via comum do Pregão Eletrônico, os valores homologados em licitação totalizaram R\$ 69.816.018,62.



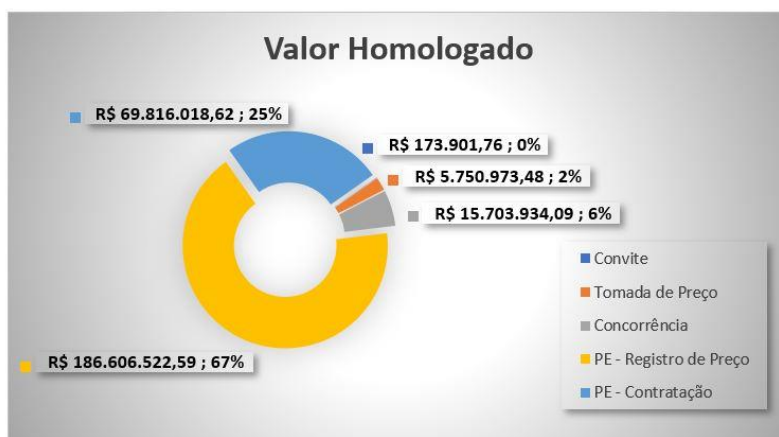


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

No total, considerando todas as modalidades de licitação realizadas, os valores homologados totalizaram R\$ 278.051.350,54.

Gráfico 14- Valor homologado.

Valor Total Homologado
R\$ 278.051.350,54



Os valores estimados de todas as licitações publicadas no exercício totalizam R\$ 454.388.710,32. Cumpre considerar, contudo, o total de 12 certames desertos, fracassados, revogados, suspensos ou não finalizados no exercício, com valores estimados que somam a quantia de R\$ 110.236.076,79.

Os procedimentos licitatórios dos quais resultaram contratações possibilitaram a este TJPA a seleção das propostas mais vantajosas, o que proporcionou um deságio de 19,20% em relação ao valor previamente estimado para tais contratações, o que representou uma economia de R\$ 66.101.282,99.

Quadro XI – Deságio no valor contratado

Deságio no Valor Contratado

Valor Total Estimado R\$ 454.388.710,32:
- Valor Estimado 1 R\$ 344.152.633,53¹
- Valor Estimado 2 R\$ 110.236.076,79²
Valor Total Homologado R\$ 278.051.350,54

¹Licitações das quais resultaram contratações.

²Licitações desertas, fracassadas, revogadas, etc.

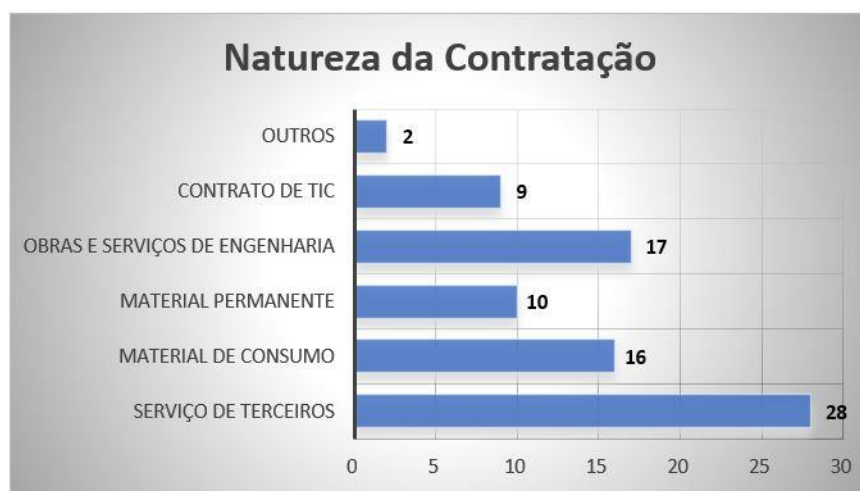




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

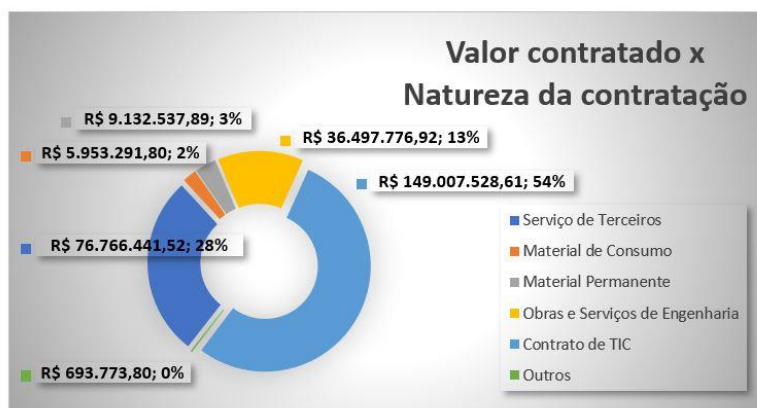
Em relação à natureza das contratações, o maior volume foi concentrado na categoria *Serviço de Terceiro*, tendo sido realizados 28 procedimentos licitatórios visando contratações desta natureza.

Gráfico 15 – Natureza da contratação.



As contratações de natureza *Contrato de TIC* foram responsáveis pela maior fatia de recursos orçamentários utilizados nas contratações, em percentual equivalente a 54% do total do valor contratado pelo PJPA em 2022. Nesta categoria, o PJPA adquiriu licenças de uso de *software*, no valor de R\$ 91.624.127,85, e *notebooks* para modernização e expansão da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação, no valor de R\$ 21.996.000,00.

Gráfico 16 – Valor contratado x Natureza da contratação.



2.2.2. Das Dispensas e Inexigibilidades

Em respeito ao princípio da supremacia do interesse público, a Constituição Federal exige, como regra geral, que a Administração realize licitação prévia para formalizar suas contratações, a fim de obter propostas mais vantajosas para o erário público. Porém, há situações em que a licitação formal se mostra impossível ou frustrante à realização adequada das funções administrativas. A legislação previu situações em que a Administração tem a faculdade de proceder contratações diretas, estabelecendo hipóteses em que a licitação é dispensável ou inexigível.

Assim, no exercício 2022, o PJPA realizou 87 contratações/aquisições através de procedimentos de contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.

- **Dispensas (Art. 24, Lei nº 8.666/93)**

Foram realizadas 11 contratações por meio de **Dispensa de Licitação**, fundamentadas nos incisos do artigo 24 da seguinte forma: duas no inciso II; uma no inciso IV; três no inciso V; uma no inciso X; uma no inciso XI; duas no inciso XIII; e uma no inciso XVIII.

O valor total da despesa realizada com contratações oriundas de dispensa de licitação foi de R\$ 6.768.798,92, tendo sido efetuadas contratações/aquisições de natureza *Serviço de Terceiro, Material de Consumo e Obras e Serviços de Engenharia*.

Gráfico 11 – Dispensa – Valor contratado por fundamentação legal.



O maior volume de contratações diretas por Dispensa de Licitação foi para *Obras e Serviços de Engenharia*, cujas despesas totalizaram R\$ 4.426.406,57, o que corresponde a 65% do valor total gasto com contratações fundamentadas no artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Gráfico 12 – Dispensa – Valor contratado por natureza da contratação.



- **Inexigibilidades (Art. 25, Lei nº 8.666/93)**

Já no que se refere às contratações diretas efetuadas pelo PJPA em 2022 mediante ***Inexigibilidade de Licitação***, foram realizados 76 procedimentos, fundamentados no artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

Destes, 65 procedimentos foram fundamentados no inciso II do artigo 25, cujo objeto principal foi a contratação de cursos e docentes (professores, tutores e conteudistas), o que equivale a 86% do total de inexigibilidades formalizadas pelo PJPA no exercício.

No que tange aos recursos orçamentários utilizados, o valor das despesas com contratações por Inexigibilidade de Licitação totalizou R\$ 5.590.251,74.

As contratações fundamentadas no inciso I do artigo 25 foram as que consumiram a maior fatia dos recursos utilizados, tendo sido gasto R\$ 3.651.000,00, o que equivale a 65% do valor total.

Gráfico 13 – Inexigibilidade – Valor contratado por fundamentação legal.





A contratação de maior impacto orçamentário foi a de natureza *Contrato de TIC*, relativa à prestação de suporte técnico e atualização de versões para o software “DRS Audiências”, no valor de R\$ 3.651.000,00.

Gráfico 14 – Inexigibilidade – Valor contratado por natureza da contratação.



2.2.3. Dos Contratos Formalizados em 2022

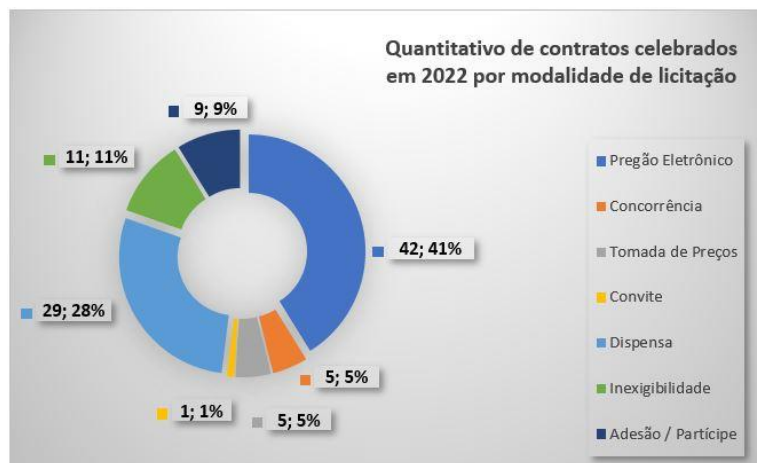
No exercício 2022, o Poder Judiciário do Estado do Pará celebrou 102 novos contratos, originados de procedimentos licitatórios, de adesões a atas de registro de preços ou por meio de contratações diretas por dispensas ou inexigibilidades de licitação, conforme demonstrativo abaixo:

- 42 contratos decorrentes de pregões eletrônicos;



- 29 contratos formalizados através de dispensa de licitação;
- 11 contratos formalizados através de inexigibilidade de licitação;
- nove contratos originados de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos;
- cinco contratos decorrentes de concorrência;
- cinco contratos decorrentes de tomadas de preço; e
- um contrato decorrente de convite.

Gráfico 15 – Quantitativo de contratos celebrados em 2022, por modalidade de licitação.



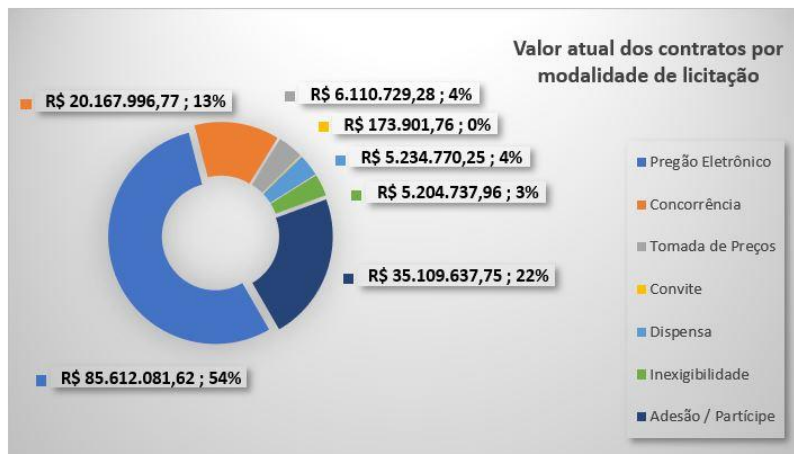
Os contratos pactuados em 2022 apresentaram valores iniciais totais de R\$ 140.084.331,96. Todavia, após a realização de termos aditivos e demais ajustes contratuais, os contratos celebrados em 2022 tiveram valores atualizados, totalizando R\$ 157.613.491,39.

Em relação às modalidades de licitação e as contratações delas decorrentes, os contratos originados de Pregões Eletrônicos foram os que representaram o maior volume de despesas efetuadas pelo PJPA em 2022, totalizando R\$ 85.612.081,62, o que equivale a 54% de toda a despesa realizada pelo PJPA com os contratos administrativos firmados no exercício.

Gráfico 16 – Valor atual por modalidade de licitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

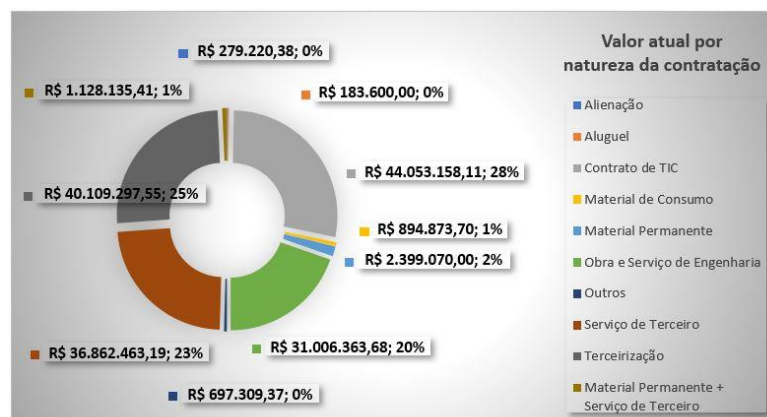


Já no que se refere à natureza das contratações em relação aos valores contratados, a maior despesa realizada diz respeito aos *Contratos de TIC*, pelos quais foram gastos R\$ 44.053.158,11, o que representa 28% das despesas efetuadas.

Em segundo lugar no *ranking* de contratações mais volumosas no que tange aos recursos orçamentários utilizados, representando 25% do total, estão os contratos de *Terceirização*, cujo valor total foi de R\$ 40.109.297,55.

Os contratos relativos a *Serviços de Terceiro* também consumiram considerável parcela dos recursos orçamentários, totalizando R\$ 36.862.463,19, o equivalente a 23% do total de despesas realizadas com contratações formalizadas no exercício de 2022.

Gráfico 17 – Valor atual por natureza da contratação.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

2.3. Avaliação da Gestão de Obras e Serviços de Engenharia

2.3.1. Execução de Obras e Serviços de Engenharia

Atualmente o PJPA conta com um acervo de 226 imóveis utilizados para prestação jurisdicional, distribuídos em 122 comarcas, os quais demandam constante atenção e cuidado, posto o seu grau de relevância no mister do órgão.

Nesse sentido, os esforços internos para gerenciar essas demandas foram atribuídos à Secretaria de Engenharia e Arquitetura - SEENG, a quem compete, na medida de sua delegação, estabelecer medidas de restauro, conservação, manutenção e expansão de referido acervo.

No que se refere ao Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023, exercício 2022, o volume de recursos alocados em obras e serviços de engenharia no programa Atuação Jurisdicional, com o objetivo de Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica foi na ordem de R\$ 88.886.333,00 e o realizado foi no valor de R\$ 55.850.129,00, refletindo 62,83% do todo (Quadro XI).

Segue abaixo planilha e gráfico com a representação da execução financeira, com a dotação prevista e o desembolso efetivamente realizado no exercício.

Quadro XII - Execução físico-Financeira

Ação	Execução da Despesa					Meta física		
	Dotação R\$	Execução R\$	Exec. %	Disp. R\$	Disp. %	Progr. un	Exec. un	Exec. %
Ampliação da Infraestrutura Física	54.108.999	33.620.761	62,14	20.488.238	37,86	9	9	100
Reforma e Manutenção de Prédios	34.777.334	22.229.368	63,92	12.547.966	36,08	149	137	91,95
TOTAL	88.886.333,	55.850.129,	62,83	33.036.204,	37,17	158	146	92,41

Fonte: B.O e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2022

No quadro acima percebe-se que a meta programada logrou êxito, visto que o percentual de execução foi de 92,41% no geral, tendo alcançado 100% da meta na ação Ampliação da Infraestrutura Física, e 91,95% na Reforma e Manutenção de Prédios. Além disso, observa-se que as ações demandaram um percentual semelhante de desembolso no período, 37,86% e 36,08%, respectivamente.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

No gráfico a seguir, alusivo às Obras e Serviços de Engenharia, representa a participação da execução da despesa sobre a dotação atualizada de R\$ 88.886.333,00.

Gráfico 17 – Executado x Disponível



Fonte: B.O e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2022

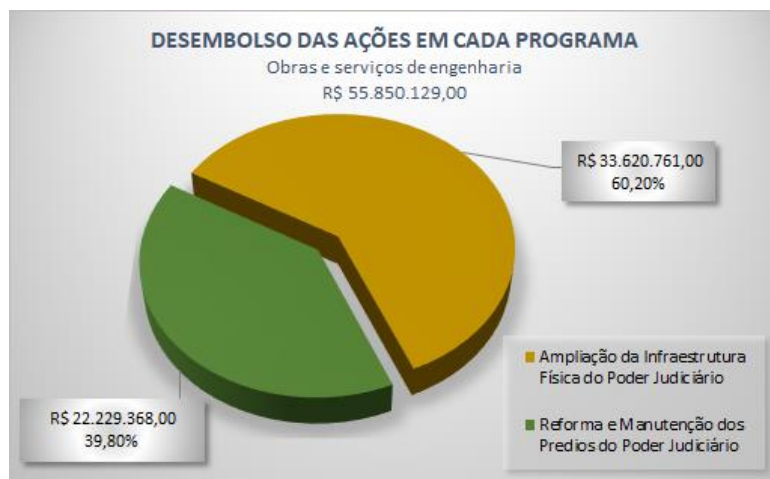
Quanto ao valor executado, de R\$ 55.850.129,00, o gráfico abaixo demonstra que os serviços de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário foram os que demandaram maior desembolso no período, ao contrário do ano anterior, quando Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário ficaram na frente, com maiores desembolsos. Na análise, apresentada nos itens adiante, observa-se que essa mudança se deve ao elevado índice de construções realizadas em 2022.

Gráfico 18 – Comparativo do desembolso em Obras X Serviços de Engenharia.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA



Fonte: B.O e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2022

2.3.2. Panorama das Ações de Obras e Serviços de Engenharia dentro do Planejamento Estratégico

Para o exercício de 2022, a SEENG consolidou suas atividades em ações concretizadas na execução de 21 obras de construção, reforma e ampliação, incluindo pintura, 31 serviços de manutenção preventiva e corretiva, 20 registros de preços de serviços de engenharia com fornecimento de mão de obra e instalação de materiais e prestação de serviços de manutenção em prédios funcionais da RMB e de comarcas, além de 1 aquisição de peças com instalação e garantia de sistema de refrigeração.

Das 73 contratações, duas ocorreram por dispensa de licitação e 71 foram licitadas nas seguintes modalidades: seis concorrências, dois convites, 12 tomadas de preço e 51 por meio de pregão eletrônico.

A partir dos dados apresentados no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2000-2023, exercício 2022, segue a distribuição de recursos investidos em cada projeto-atividade ao longo do Programa Atuação Jurisdicional.

2.3.3. Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário

Em análise às ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário, os imóveis correspondentes ao Apoio Indireto à Atividade Judicante (FRJ e TJ) foram os que demandaram um maior desembolso, representando 75,23% dos recursos

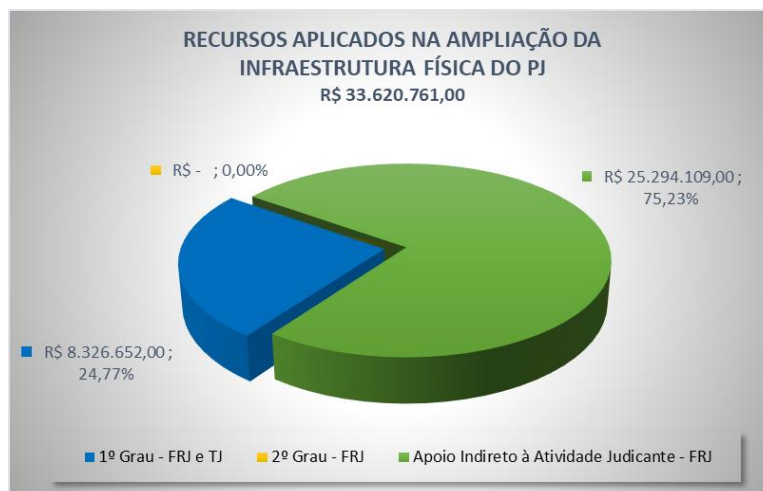




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

destinados a este projeto-atividade. No 2º grau não houve desembolso, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 19 – Execução de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário.



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2022

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira de cada Ação (projeto-atividade):

Quadro XIII - Execução físico-financeira da Ampliação da Infraestrutura Física

Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário	Execução da Despesa (Financeiro)					Meta física		
	Dot/Atualizada OGE 2022	Executado	Exec. %	Disponível R\$	Disp. %	Pro gr. Un.	Exe c. Un.	Exec. %
1º grau - FRJ	18.840.499	2.972.595	15,80%	15.867.904	84,22%	8	8	100%
1º grau - TJ	7.787.000	5.354.057	68,70%	2.432.943	31,24%			
2º grau - FRJ	851.000	0	0,00%	851.000	100,00%	0	0	
Apoio Indireto A Atividade Judicante - FRJ	26.607.500	25.271.475	95,00%	1.336.025	5,02%	1	1	100%
Apoio Indireto A Atividade Judicante - TJ	23.000	22.634	98,40%	366	1,59%			
TOTAL	54.108.999,00	33.620.761,00	62,14%	20.488.238,00	37,86%	9	9	100%

Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2022

Para o projeto-atividade Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 54.108.999,00, tendo sido executado a importância





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

de R\$ 20.488.238,00. Em análise de gestão de desempenho, o percentual de execução da meta financeira foi de 100%.

Em face do exposto, verifica-se que as metas planejadas foram alcançadas, demonstrando que houve uma boa gestão dos recursos financeiros.

Ações:

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 1º Grau – FRJ e TJ**

As ações realizadas por essas unidades gestoras no 1º grau contemplaram obras, como a construção do Novo Fórum de Xinguara; a construção do Novo Fórum de Altamira; a construção do Novo Fórum de Salinópolis; a construção do Novo Fórum de São Félix do Xingu; a construção do Prédio Anexo Ao Fórum de Marituba; Ampliação e Reforma do Fórum de Oriximiná; a construção do Novo Fórum de Santo Antônio do Tauá; a construção do Novo Fórum de Concórdia do Pará.

A execução dessas ações atendeu 100% da meta física, com um dispêndio de recursos de R\$ 8.326.652,00 equivalente à 31,27% da dotação atualizada (FRJ e TJ), que foi de R\$ 26.627.499,00.

O baixo desembolso pode ser compreendido quando se verifica as construções dos Fóruns de Xinguara, São Félix do Xingu e de Salinópolis, realizadas através de um convênio com a SEDOP, onde o PJPA entrou com uma pequena contrapartida (Contrato 078/2021). Assim como a construção do Fórum de Altamira, que foi realizada através de um convênio com a Norte Energia, não havendo desembolso do PJPA para a realização da construção.

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 2º Grau – FRJ**

Não houve movimentação na meta física programada para esta ação, assim como, execução financeira.

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – Apoio indireto à atividade Judicante – FRJ e TJ**

Esta ação foi atendida com recursos das unidades gestoras do FRJ e TJ na desapropriação do prédio para abrigar a Escola Judicial do Estado do Pará.

A execução dessa ação atendeu 100% da meta física, com um dispêndio de recursos de R\$ 25.294.109, referente à 94,98% da dotação atualizada das duas UGs





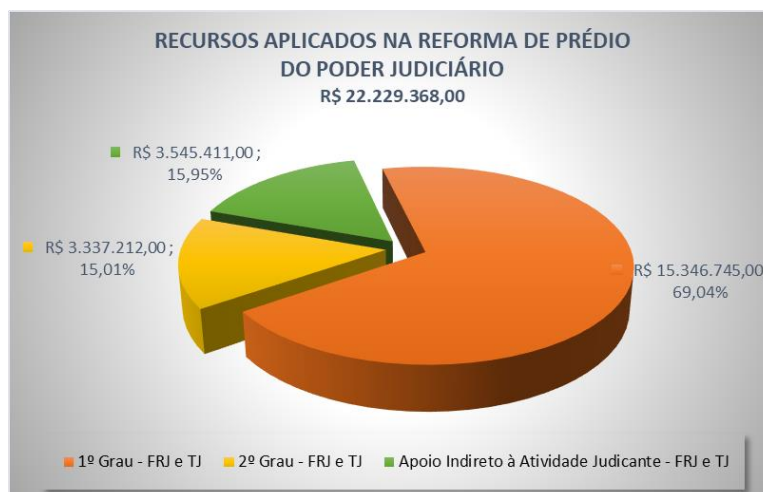
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

(FRJ e TJ), de R\$ 26.630.500,00, alcançando assim convergência entre as metas física e financeira.

2.3.4. Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário

Em análise às ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário, os imóveis correspondentes ao 1º Grau (FRJ e TJ) foram os que demandaram um maior desembolso, representando 69,04% dos recursos destinados a este projeto-atividade, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 20 – Desembolso de recursos nas ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2022

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira de cada projeto-atividade:

Quadro XIV - Execução físico-financeira da Reforma e manutenção dos Prédios do PJ

Reforma e manutenção dos Prédios do Poder Judiciário	Execução da Despesa (Financeiro)					Meta física		
	Dot/Atualizada OGE 2022	Executado	Exec. %	Disponível R\$	Disp. %	Pro gr. Un.	Exec. Un.	Exec. %
1º grau - FRJ	15.051.613	8.658.638	57,50%	6.392.975	42,47%	139	122	87,77%
1º grau - TJ	7.804.000	6.688.107	85,70%	1.115.893	14,30%			
2º grau - FRJ	4.970.192	1.499.387	30,20%	3.470.805	69,83%	1	1	100,00%
2º grau - TJ	1.880.000	1.837.825	97,70%	42.175	2,24%			





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Apoio indireto a atividade Judicante - FRJ	3.398.367	1.996.222	58,70%	1.402.145	41,26%	9	14	155,56%
Apoio indireto a atividade Judicante - TJ	1.673.162	1.549.189	92,60%	123.973	7,41%			
TOTAL	34.777.334,00	22.229.368,00	63,92%	12.547.966,00	36,08%	149	137	91,95%

Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2022

Para o projeto-atividade Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 34.777.334,00, tendo sido executado a importância de R\$ 22.229.368,00. Em análise de gestão de desempenho, o percentual de execução da meta financeira foi de 63,92% e a média da meta física ficou 91,95%.

Diante do exposto, denota-se entrega de parte do produto planejado com economia em relação aos custos orçados. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se boa gestão dos recursos financeiros.

Ações:

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – 1º Grau – FRJ e TJ**

A ação contemplou reformas e manutenções em 122 unidades. O percentual de execução da meta financeira foi de 67,15% e a meta física ficou em 87,77%, sinalizando que não houve alcance do quantitativo físico programado, contudo demonstrando que houve uma boa gestão dos recursos financeiros, em face ao executado.

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – 2º Grau – FRJ e TJ**

Esta ação envolveu aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis, obras de reforma e manutenção no Prédio Sede. Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual de 48,72%, alcançado na meta financeira, foi suficiente para o atingimento de 100% da meta física. Com o cenário apresentado, percebe-se que houve a entrega do produto planejado com economia de 51,28% em relação a execução das despesas. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se uma boa gestão dos recursos financeiros.

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – Apoio Indireto à Atividade Judicante – FRJ e TJ.**





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Nesta ação foram realizadas manutenções em 14 unidades, quando o programado era de nove unidades.

Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual de 69,91% da execução financeira, foi suficiente para o alcance de 155,56% de meta física. Do panorama exposto percebe-se que houve entrega superior ao planejado, e com economia de 30,1% em relação a execução das despesas.

Sob uma ótica quantitativa, verifica-se uma eficiente gestão dos recursos financeiros.

2.4. Avaliação da Gestão de TIC

A administração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará entende que a garantia da manutenção e do desenvolvimento efetivo da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é requisito crítico para o bom desempenho de sua missão institucional, tanto no que diz respeito às atividades meio quanto para a execução de sua obrigação jurisdicional. Desta forma, o planejamento e execução de ações na área de TIC necessitam de atenção ao longo do tempo.

As iniciativas na área de TIC, contidas no Plano de Gestão 2021-2023, foram planejadas e aglutinadas no macrodesafio intitulado “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados”, o qual foi subdividido em duas iniciativas estratégicas e nove ações, tal como está registrado no diagrama abaixo:

Quadro XV - Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados

Macrodesafio: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS		
Iniciativas Estratégicas:	Aprimoramento do Domínio de Serviços de TIC.	
	Ações:	1. Aprimorar soluções de sustentação de infraestrutura de TIC.
		2. Aprimorar estruturas normativas sobre privacidade de dados, segurança da informação e protocolos de segurança cibernética.
		3. Expandir a infraestrutura de telecomunicações.
		4. Aprimorar a engenharia e a administração no repositório consolidado de dados.
		5. Desenvolver sistema autômato de migração de processos.
		6. Aprimorar a vídeo audiência.
		7. Modernizar o parque tecnológico do PJPA.
		8. Desenvolver ferramenta de inteligência artificial de indexação de documentos judiciais-INDIA.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Aprimoramento do Domínio de Governança e Gestão de TIC.	
Ação:	9. Implantar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do TJPA.

Fonte: Plano de Gestão do TJPA (2021-2023).

Passamos então à análise das ações desenvolvidas no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

2.4.1. Aprimorar soluções de sustentação de infraestrutura de TIC

A continuidade do funcionamento das soluções de TIC é uma questão de segurança da informação e item central no suporte à prestação jurisdicional. É responsabilidade do setor de Informática atuar proativamente no sentido de garantir assistência técnica adequada e atualizações tecnológicas necessárias para que os serviços sustentados por estas soluções não ofereçam solução de continuidade e eventuais paradas não planejadas, incorrendo no risco de interrupção da prestação do serviço público.

Nesta ação, o objetivo específico é aperfeiçoar o gerenciamento dos recursos de infraestrutura computacional, a exemplo de equipamentos de processamento, armazenamento e comunicação de dados, com vistas à sustentação da operação do Poder Judiciário Paraense com bons níveis de automação e desempenho.

2.4.2. Aprimorar estruturas normativas sobre privacidade de dados, segurança da informação e protocolos de segurança cibernética

O objetivo específico desta ação foi atualizar os instrumentos normativos e técnicos associados ao efetivo uso dos conceitos da Segurança da Informação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, assim como produzir os protocolos referentes à Segurança Cibernética, dentro das orientações e demandas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de habilitar o TJPA a lidar com situações de Crise Cibernética, valendo-se de iniciativas de prevenção de incidentes, gerenciamento de crises e investigação de ilícitos cibernéticos.

A preocupação com os temas da privacidade dos dados, da segurança cibernética e da segurança da informação está em total sintonia com a necessidade institucional de garantir o pleno funcionamento da estrutura de comunicação de dados, tanto internamente quanto na conexão do TJPA à internet, ao respeito e conformidade legal com a obrigação de resguardo da privacidade e da proteção dos dados pessoais





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

custodiados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará, assim como com a segurança dos dados em seu tríplice aspecto – confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade.

A dimensão institucional que baliza a existência e consecução dessa ação é composta por exigências legais, como no caso da Lei Nº 13.709/2018 – conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – por exigências internas ao Poder Judiciário, como no caso dos documentos consignados pelo órgão de fiscalização do judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os quais determinam aos tribunais nacionais a adoção de medidas no sentido da proteção de dados e da preparação para eventuais ocorrências de incidentes cibernéticos, os quais tem o potencial de causar interrupção temporária na prestação jurisdicional. Entre esses documentos estão a Resolução Nº 396 de 07/06/2021, que Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), e a Portaria CNJ Nº 162 de 10/06/2021, que aprovou os Protocolos e Manuais criados pela Resolução CNJ nº 396/2021, que determinam aos Tribunais a criação de instrumentos normativos para a preparação para incidentes cibernéticos, seu tratamento, remediação das suas consequências e posterior investigação pelos meios administrativos e penais.

No âmbito desta ação foram produzidos os seguintes artefatos normativos ou revisões de documentos:

- Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do TJPA (PGCC);
- Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos (PPICiber);
- Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos (PIIciber);
- Nova Política de Segurança da Informação à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Política de Uso de Dispositivos Móveis;
- Glossário de Termos de Segurança da Informação e Segurança Cibernética (PGCC).

Esta é uma das ações que demonstra a iniciativa do TJPA, em sintonia com o Poder Judiciário nacional e regência do CNJ, em esforço de amadurecimento quanto



às boas práticas de governança em TI e em Segurança da Informação e Segurança Cibernética.

2.4.3. Expandir a infraestrutura de telecomunicações

O objetivo específico desta ação é melhorar a infraestrutura da rede de comunicação de dados e voz das unidades judiciárias e administrativas da RMB e do interior, visando a otimização da utilização dos recursos tecnológicos, a adequação do desempenho e a disponibilidade dos sistemas de TIC em função do aumento significativo da necessidade de circuitos de dados com maior banda e menor latência. Neste sentido foram realizadas as seguintes etapas:

- **Instalação de novos switches de acesso:** para garantia da eficiência de acesso das estações de trabalho, aquelas usadas pelos usuários, à rede local, levando em consideração o crescimento do número de postos de trabalho e a modificação da natureza do tráfego dadas as demandas de trabalho;
- **Instalação de *transceivers* e *switches* para aumento na velocidade da rede MetroTJ:** objetiva otimizar a comunicação na rede metropolitana que atende as unidades judiciárias geograficamente distribuídas, permitindo maior confiabilidade (pela redundância) e maior taxa de transmissão nos enlaces de comunicação;
- **Instalação de *transceivers* e *switches* para rede de *backup* entre os datacenters de alta velocidade:** devido ao alto grau de criticidade institucional que os serviços de TIC adquiriram, a criação de *datacenters* de reserva (*backup*) tornou-se uma exigência que requisita, por sua vez, a implementação de enlaces (*links*) de comunicação de dados de alta velocidade via fibras óticas, para interligar esses *datacenters* geograficamente distanciados. Esta ação visa dotar os enlaces de conexão rápida entre os datacenters com enlace de redundância para os casos, não raros, de falha no enlace principal. Tal iniciativa denota o cuidado e a atenção institucional em relação à continuidade da prestação jurisdicional, mitigando o risco de parada nos serviços prestados;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

- **Implantação da solução de comunicação Wi-Fi corporativa na Sede, em substituição ao padrão de cabeamento estruturado:** esta etapa busca realizar o projeto de implantação de uma rede sem fio, de qualidade corporativa, que possa flexibilizar o acesso das estações de trabalho e dos dispositivos móveis à rede local. Além disso, as redes sem fio com características corporativas permitem o acesso do cidadão à internet, quando de sua presença nas unidades do TJPA, de forma segura e controlada;
- **Expansão da solução de rede de Gerenciamento Unificado de Ameaças e WAN Definida por Software (UTM-SDWan):** esta etapa visa ampliar a instalação nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Pará de solução que permite o uso simultâneo de dois ou mais circuitos de dados, de forma segura, mais eficiente e com redundância para a eventualidade de falha em um ou mais canais de dados. Assim, aumenta-se a disponibilidade dos serviços prestados pela Instituição aos jurisdicionados;
- **Implantação de links redundantes (locais) para as unidades judiciárias:** iniciativa essencial para garantir a continuidade da prestação jurisdicional, os enlaces redundantes de dados destinam-se a servir na eventualidade de falha no enlace principal, evitando que as unidades judiciárias interrompam suas atividades de trabalho pela indisponibilidade de acesso aos dados e sistemas institucionais. Novamente aqui o Tribunal envia esforços no sentido de mitigar o risco de paralização das suas atividades em decorrência de falha técnica nas comunicações de dados;
- **Ampliação da largura de banda dos links de internet:** etapa necessária em decorrência da mudança gradual na natureza e na quantidade de dados transitados (emissão e recepção) pela internet e destinados às atividades de trabalho dos membros do Poder Judiciário estadual. Neste sentido, é importante enfatizar a enorme demanda gerada por escritórios de advocacia, os quais fazem uso de robôs de consulta aos trâmites processuais, que geram grande demanda sobre





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

os canais de acesso à internet do TJPA. Outro aspecto relevante a ser mencionado, em relação à necessidade de ampliação da largura de banda nos canais de dados de internet, está relacionado ao uso de recursos na nuvem (*cloud computing*), à ampliação gradual do trabalho remoto e à quantidade de interações do tipo vídeo conferências e trabalho colaborativo entre as diversas unidades do TJPA que estão geograficamente distribuídas e que usam a internet para estes fins.

2.4.4. Aprimorar a engenharia e a administração no repositório consolidado de dados

Esta etapa tem por objetivo específico promover a evolução contínua dos processos de extração, transformação, carga e análise de dados que resultam em entregas de Inteligência de Negócio cada vez mais confiáveis, céleres e úteis para os diversos nichos de gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. O esforço neste campo visa dotar o próprio TJPA com dados e informações que permitam seu melhor desempenho no atendimento das necessidades dos jurisdicionados e do público interno também, promovendo eficiência e melhoria nos desempenhos associados às obrigações legais do Poder Judiciário do Estado do Pará.

2.4.5. Desenvolver sistema autômato de migração de processos³

O TJPA contava com um acervo misto composto por processos físicos – em papel – além dos processos que já haviam sido cadastrados desde seu início em seus sistemas computacionais em formato eletrônico. A administração decidiu empreender esforços no sentido de digitalizar os processos físicos e transformar todos em processos eletrônicos. A digitalização foi feita através do uso de scanners capazes de produzir documentos em formato digital PDF, mas ainda restava o trabalho de transferir as informações digitalizadas para o armazenamento dos sistemas de controle de processo digital (PJe). A Secretaria de Informática desenvolveu um sistema de software baseado em inteligência artificial, batizado como robô migrador, para automatizar esse processo de leitura dos dados digitalizados dos processos físicos e seu posterior tratamento e cadastro no sistema processual eletrônico.

Este projeto permitiu, em baixo tempo, realizar a migração completa de todos os processos físicos que ainda existiam no acervo da Instituição para o sistema digital

³ Fonte: Manual Migrador 4.0, disponível em: <https://sway.office.com/sO8NpgK5Z5L3Zebz>.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

PJe, tornando assim o acervo 100% digitalizado, com as consequentes vantagens para os trâmites processuais e as consultas através da internet, tanto para os advogados quanto para as partes envolvidas.

2.4.6. Aprimorar a vídeo audiência

O objetivo específico desta ação foi promover o aprimoramento das vídeo audiências através do uso de tecnologias de hardware e software que promovem serviços audiovisuais de qualidade e que otimizam a realização de uma audiência, via internet. Essa demanda iniciou-se fortemente durante o período da pandemia de COVID-19, tendo ocorrido o rápido crescimento dessa tecnologia e sua expansão para várias unidades, trazendo segurança e flexibilidade aos magistrados, servidores e partes na execução processual. O aprimoramento deste recurso abre campo para novas formas de atendimento dos jurisdicionados no Estado do Pará, ampliando as possibilidades de ação e atendimento realizadas pelo TJPA.

2.4.7. Modernizar o parque tecnológico do PJPA

No campo da tecnologia da informação e comunicação as contribuições, tanto em termos de equipamentos (hardware) quanto em termos de programas computacionais, são céleres e muito frequentes. Em função desse movimento constante da tecnologia, há a necessidade de promover a atualização dos equipamentos dos usuários que atuam na Instituição.

Dessa forma, o objetivo específico dessa etapa é a substituição dos equipamentos (desktops e notebooks) atualmente utilizados nas Comarcas e unidades do Tribunal de Justiça em todo o Estado do Pará, atendendo prioritariamente as Comarcas do Interior do Estado, em especial às unidades de Varas Únicas, com a substituição de todos os computadores desktop por notebooks de tecnologia recente, com maior poder de processamento e que possuem, entre outros recursos, webcam integradas, dispensando a aquisição e uso de equipamentos de proteção contra interrupção de energia elétrica (nobreak).

O cronograma de substituição abrangeu todas as unidades do Poder Judiciário do Estado do Pará e já foi concluído.

2.4.8. Desenvolver ferramenta de inteligência artificial de indexação de documentos judiciais-INDIA.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

O objetivo específico desta ação foi desenvolver um software de Indexação de Processos Judiciais, utilizando Inteligência Artificial, para agilizar a etapa de migração dos processos digitalizados para o PJe. A indexação é uma etapa necessária e obrigatória no fluxo de cadastro dos processos uma vez que cria indexadores, os quais permitem que estes mesmos processos possam ser encontrados mais facilmente nos sistemas além de permitirem classificações para efeito estatístico, necessários às avaliações do Conselho Nacional de Justiça.

O uso da tecnologia de inteligência artificial é empregado de forma tal que a indexação, com base nos conteúdos digitalizados dos processos físicos, possa ser realizada sem a necessidade da intervenção humana, em uma massa de dados extremamente grande, evitando o prolongado tempo que este processo tomaria caso a ferramenta não estivesse disponível.

2.4.9. Implantar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do TJPA

O objetivo específico desta ação é implantar as medidas necessárias, determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça através da Resolução (CNJ) através da Resolução Nº 396 de 07/06/2021 que Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), e a Portaria CNJ Nº 162 de 10/06/2021, para a adequação e conformidade de processos e procedimentos internos e externos do PJEP à Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Neste sentido, foram realizadas as seguintes etapas:

- Elaboração de um plano de ação (*Roadmap*) para atendimento da Resolução CNJ nº 396/2021;
- Instituição de um Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais para o TJPA;
- Criação e adaptação de um portal de informações sobre a LGPD para acesso interno e externo, em conformidade com os ditames da Lei 13.709/2018 (LGPD), disponível através do link:

<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/LGPD>

- Criação da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Poder Judiciário do Estado do Pará;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

- Definição do Encarregado de Proteção de Dados (DPO) para o TJPA;
- Determinação aos serviços extrajudiciais que analisem a adequação à LGPD no âmbito de suas atribuições;
- Atuação na Educação para a Proteção de Dados Pessoais através de cursos, treinamentos, webinars, divulgações no portal institucional e meios de comunicação destinados ao público interno do TJPA;
- Elaboração de orientação aos setores competentes para que ações relacionadas à LGPD sejam cadastradas com código de assuntos pertinentes da tabela processual unificada do CNJ;

O processo de implementação da LGPD no TJPA, ao longo do ano de 2022, conseguiu dar como resultados a formalização da parte normativa interna e formação dos atores necessários às etapas seguintes, quais sejam: o mapeamento de dados pessoais e seus tratamentos nos diversos fluxos dos setores e unidades do PJPA; a identificação da finalidade e fundamento de licitude que permitem os diversos tratamentos de dados pessoais em execução; a revisão dos contratos e convênios existentes para garantir que haja conformidade com a nova lei; a reorganização dos processos internos para alinhamento com a nova lei e garantia de que os novos processos a surgir já o façam em conformidade com a proteção de dados pessoais (*privacy by design*); a adequação de recursos institucionais para dar resposta aos questionamentos dos titulares sobre o tratamento de seus dados pessoais efetuados pela Instituição; a garantia de eficácia na resposta a possíveis violações de dados, elaborando planos de contingência a serem acionados em caso de quebra de segurança, incluindo medidas de mitigação/eliminação dos riscos, procedimentos de notificação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (a ANPD) e procedimentos de notificação aos titulares dos dados afetados (quando necessário); a contínua sensibilização do público interno formado por magistrados, servidores e prestadores de serviço para a importância da temática.

3. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Do Balanço Orçamentário

3.1.1. UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Conforme tratado anteriormente, no decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação da UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 1.687.784.417,94. Tal implemento se deu em virtude de suplementações, cancelamentos e movimentação de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.



Quadro XVI - Dotação Atualizada UG 040101

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementação Especial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial/ Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
101	1.425.764.140,00	102.818.804,00	309.814.583,00	-168.735.000,00	-22.334.750,61	1.647.327.776,39
112	3.564.370,00	0,00	37.483.617,00	-297.000,00	-294.345,45	40.456.641,55
TOTAL	1.429.328.510,00	102.818.804,00	347.298.200,00	-169.032.000,00	-22.629.096,06	1.687.784.417,94

Fonte: Business Object 2022

Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040101 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias, bem como, a execução dos Restos a Pagar. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.



Assinado com senha por MILENE LAISE SILVA CORREA, LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO, STELA REIS DE SOUZA, HUMBERTO PEREIRA LIMA FILHO, PAULO ROBERTO MARTINS CUNHA, TIAGO SILVA GUIMARAES, BETANIA SOUZA DA SILVA PINHEIRO e SHEILA ALVES DE LIMA MACIEL.
Use 3596636.23684353-434 - para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3596636.23684353-434>
Documento gerado por LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO *Data e hora: 30/03/2023 16:18



TJPAMEM202317040A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XVII- Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUBTOTAL DAS RECEITAS				
Operações Crédito/Refinanciamento				
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO				
DÉFICIT			1.678.276.234,33	
TOTAL			1.678.276.234,33	
SALDOS EXERC ANTERIORES				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Crédito Adicionais				
SUPERAVIT FINANCEIRO				



Assinado com senha por MILENE LAISE SILVA CORREA, LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO, STELA REIS DE SOUZA, HUMBERTO PEREIRA LIMA FILHO, PAULO ROBERTO MARTINS CUNHA, TIAGO SILVA GUIMARAES, BETANIA SOUZA DA SILVA PINHEIRO e SHEILA ALVES DE LIMA MACIEL.
Use 3596636.23684353-434 - para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3596636.23684353-434>
Documento gerado por LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO *Data e hora: 30/03/2023 16:18



TJPAMEM202317040A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XVIII - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.429.328.510,00	1.656.509.417,94	1.647.305.850,14	1.642.046.848,47	1.536.731.493,80	9.203.567,80
Pessoal e Encargos Sociais	1.175.591.073,00	1.391.892.796,06	1.387.663.169,29	1.387.663.169,29	1.291.537.899,45	4.229.626,77
Outras Despesas Correntes	253.737.437,00	264.616.621,88	259.642.680,85	254.383.679,18	245.193.594,35	4.973.941,03
DESPESAS DE CAPITAL		31.275.000,00	30.970.384,19	27.878.532,36	18.499.805,21	304.615,81
Investimentos		31.110.000,00	30.805.927,60	27.714.075,77	18.335.348,62	304.072,40
Inversões financeiras		65.000,00	164.456,59	164.456,59	164.456,59	543,41
SUBTOTAL DESPESAS AMORTIZ DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	1.429.328.510,00	1.687.784.417,94	1.678.276.234,33	1.669.925.380,83	1.555.231.299,01	9.508.183,61
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.429.328.510,00	1.687.784.417,94	1.678.276.234,33	1.669.925.380,83	1.555.231.299,01	9.508.183,61
SUPERÁVIT						
TOTAL	1.429.328.510,00	1.687.784.417,94	1.678.276.234,33	1.669.925.380,83	1.555.231.299,01	9.508.183,61

No escopo de analisar o Balanço Orçamentário, utilizaremos quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina mesclados com os dados de execução da receita, extraídos do Portal Externo deste TJPA.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

O Quociente do Equilíbrio Orçamentário (QEO) é resultante da relação entre a Receita Prevista (Previsão Inicial da Receita) e a Despesa Fixada (Dotação Inicial da Despesa), indicando equilíbrio ou desequilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA. A Lei nº 9.496/2022 (LOA 2022) estimou a receita e fixou a despesa, para o exercício financeiro de 2022, do Estado do Pará para a UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado em R\$ 1.429.328.510,00. Tal determinação denota o equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA.

$$\text{Quociente de Equilíbrio Orçamentário (QEO)} = \frac{\text{Despesa Fixada (Df)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

O Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) é resultante da relação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Executada (Empenhada), indicando a existência de superávit ou déficit. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a Receita Arrecadada, no exercício de 2022, na UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, totalizou R\$ 1.738.489.020,69. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Liquidada, para este mesmo período e UG, monta R\$ 1.678.276.234,33. Cotejando estes valores, o QRO resulta em 1,03 evidenciando um Superávit Orçamentário, quando as receitas realizadas são maiores do que as despesas liquidadas.

$$\text{Quociente do Resultado Orçamentário (QRO)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Despesa Executada (De)}}$$

O Quociente de Execução da Receita (QER) resulta da relação entre a Receita Arrecadada e a Previsão Atualizada da Receita (Dotação Atualizada), indicando a existência de excesso ou insuficiência de arrecadação. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a Receita Arrecadada, no exercício de 2022, na UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, totalizou R\$ 1.738.489.020,69. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Dotação Atualizada, para este mesmo período e UG, monta R\$ 1.687.784.417,94. Cotejando estes valores, o QER resulta em 1,03.

Utilizando como denominador deste quociente a Previsão Inicial da Receita (Dotação Inicial), determinada na Lei nº 9.496/2022 que estimou a receita no valor de





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

R\$ 1.429.328.510,00 obteve-se QER de 1,22 evidenciando o Excesso de Arrecadação mediante as Dotações Inicial e Atualizada, visto que para as duas dotações a receita arrecadada foi maior do que as previsões da receita (quociente maior que 1). Da análise também pode-se denotar o desempenho da arrecadação que superou tanto a Dotação Inicial como a Dotação Atualizada.

$$\text{Quociente de Execução da Receita (QER)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

O Quociente de Execução da Despesa (QED) é resultante da relação entre a Despesa Executada (Despesa Empenhada) e Dotação Fixada (Atualizada). Em análise ao Balanço Orçamentário, a Dotação Empenhada monta o valor de R\$ 1.678.276.234,33 e a Dotação Atualizada, para este mesmo período e UG, totaliza R\$ 1.687.784.417,94. Cotejando estes valores, o QED resulta em 0,99 enfatizando cumprimento do processo planejamento-execução.

$$\text{Quociente de Execução da Despesa (QED)} = \frac{\text{Despesa Executada (De)}}{\text{Despesa Fixada (Df)}}$$

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Receita Realizada, no exercício de 2022, na UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, totalizou R\$ 1.678.276.234,33. E a Despesa Paga, para este mesmo período e UG, monta R\$ 1.555.231.299,01. Cotejando estes valores, o QREO resulta em 1,08 indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

$$\text{Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO)} = \frac{\text{Receitas Realizadas}}{\text{Despesa Pagas}}$$





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XIX - Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados - UG 040101

INSCRITOS					
Execução de RPN Processados	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZ DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	205.093,81	75.744.095,32	54.625.624,32	653.015,90	20.670.548,91
Pessoal e Encargos Social	205.093,80	59.659.196,38	39.120.558,82	344,757,96	20.398.973,40
Outras Despesas Correntes	0,01	16.084.898,94	15.505.065,50	308.257,94	271.575,51
TOTAL	205.093,81	75.744.095,32	54.625.624,32	653.015,90	20.670.548,91

Fonte: SIAFEM 2022



Assinado com senha por MILENE LAISE SILVA CORREA, LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO, STELA REIS DE SOUZA, HUMBERTO PEREIRA LIMA FILHO, PAULO ROBERTO MARTINS CUNHA, TIAGO SILVA GUIMARAES, BETANIA SOUZA DA SILVA PINHEIRO e SHEILA ALVES DE LIMA MACIEL.
Use 3596636.23684353-434 - para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3596636.23684353-434>
Documento gerado por LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO *Data e hora: 30/03/2023 16:18



TJPAMEM202317040A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.1.2. UG 040102 – FRJ

A Dotação Inicial da UG 040102 – FRJ foi prevista no montante de R\$ 165.766.891,00. No decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 212.902.719,61. Tal implemento se deu em virtude de suplementações, cancelamentos e movimentações de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro XX - Dotação Atualizada UG 040102

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial /Suplementado	Movimento Crédito	Contenção Crédito	Dotação Atualizada
101	8.280.766,00	171.000,00	-171.000,00	6.062.756,14	0,00	14.343.522,14
106	60.000,00	3.850.327,00	-600,00	0,00	0,00	3.909.727,00
112	3.981.903,00	4.003.928,00	-4.003.928,00	-211.999,53	0,00	3.769.903,47
118	152.919.222,00	52.745.648,00	-52.293.419,00	-3.071.090,84	-285.889,99	150.014.470,17
123	525.000,00	5.250,00	-5.250,00	0,00	0,00	525.000,00
301	0,00	0,00	0,00	6.558.988,29	0,00	6.558.988,29
318	0,00	37.077.500,00	-2.574.229,00	0,00	-2.400.000,00	32.103.271,00
323	0,00	1.677.837,54	0,00	0,00	0,00	1.677.837,54
TOTAL	165.766.891,00	99.531.490,54	-59.048.426,00	9.338.654,06	-2.685.889,99	212.902.719,61

Fonte: Business Object 2022



Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040102 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias, bem como, a execução dos Restos a Pagar. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

Quadro XXI - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUBTOTAL DAS RECEITAS				
Operações Crédito/Refinanciamento SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO				
DÉFICIT TOTAL			139.923.514,89 139.923.514,89	
SALDOS EXERC ANTERIORES Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores Superávit Financeiro Reabertura de Crédito Adicionais				
SUPERAVID FINANCEIRO Superávit financ utilização p/ crédito adicional			18.641.161,69 18.641.161,69	

Do superávit financeiro constante do Balanço Orçamentário verifica-se, na UG 040102, o montante de **R\$ 18.641.161,69**. Este total resulta dos valores empenhados das fontes de superávit de exercícios anteriores abertos durante o exercício, conforme detalhado no quadro abaixo.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXII - Dotação Orçamentária x Empenhado

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelament Dotação Inicial/Suplementado	Movimento Crédito	Contenção de Crédito	Dotação Atualizada	Empenhado
301	0	0,00	0,00	6.558.988,29	0,00	6.558.988,29	5.531.752,18
318	0	37.077.500,00	-2.574.229,00	0,00	-2.400.000,00	32.103.271,00	11.549.607,32
323	0	1.677.837,54	0,00	0,00	0,00	1.677.837,54	1.559.802,19
TOTAL	0	38.755.337,54	-2.574.229,00	6.558.988,29	-2.400.000,00	40.340.096,83	18.641.161,69

Quadro XXIII- Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040102

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	152.555.129,00	118.537.641,82	77.331.492,06	76.892.040,35	72.752.218,16	41.206.149,76
Outras Despesas Correntes	152.555.129,00	118.537.641,82	77.331.492,06	76.892.040,35	72.752.218,16	41.206.149,76
DESPESAS DE CAPITAL	13.211.762,00	97.050.967,78	62.592.022,83	62.214.612,07	30.000.503,36	34.458.944,95
Investimentos	13.201.762,00	95.675.967,78	61.524.212,83	61.146.802,07	28.932.693,36	34.151.754,95
Inversões Financeiras	10.000,00	1.375.000,00	1.067.810,00	1.067.810,00	1.067.810,00	307.190,00
SUBTOTAL DESPESAS AMORTIZ DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	165.766.891,00	215.588.609,60	139.923.514,89	139.106.652,42	102.752.721,52	75.665.094,71
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO SUPERÁVIT	165.766.891,00	215.588.609,60	139.923.514,89	139.106.652,42	102.752.721,52	75.665.094,71
TOTAL	165.766.891,00	215.588.609,60	139.923.514,89	139.106.652,42	102.752.721,52	75.665.094,71



TJPAMEM202317040A



No escopo de analisar o Balanço Orçamentário utilizaram-se os quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina, mesclados com os dados de execução da receita, extraídos do Portal Externo deste TJPA.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas e autoriza as despesas do governo. De acordo com a previsão de arrecadação e utilizando o princípio orçamentário do equilíbrio, as receitas previstas devem ser em igual montante das despesas fixadas. Neste entendimento, a despesa inicial autorizada terá o mesmo valor da Receita inicialmente estimada ambas no montante de R\$ 165.766.891,00, conforme Lei Orçamentária Anual (LOA). O Quociente do Equilíbrio Orçamentário (QEO) analisa esta relação de equilíbrio ou desequilíbrio ocorrida da relação entre a Receita Prevista (Previsão Inicial da Receita) e a Despesa Fixada (Dotação Inicial da Despesa). Como tratado acima a Lei nº 9.496/2022 (LOA 2022) estimou a receita e fixou a despesa, para o exercício financeiro de 2022, do Estado do Pará para a UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário em montantes coincidentes. Tal determinação denota o equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA.

$$\text{Quociente de Equilíbrio Orçamentário (QEO)} = \frac{\text{Despesa Fixada (Df)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

O Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) é resultante da relação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Executada (Empenhada), indicando a existência de superávit ou déficit. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a Receita Arrecadada, no exercício de 2022, na UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, totalizou R\$ 321.444.058,81. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Empenhada, para este mesmo período e UG, monta R\$ 139.923.514,89. Cotejando estes valores, o QRO resulta em 2,30 evidenciando um Superávit Orçamentário, quando as receitas realizadas são maiores do que as despesas liquidadas.

$$\text{Quociente do Resultado Orçamentário (QRO)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Despesa Executada (De)}}$$

O Quociente de Execução da Receita (QER) resulta da relação entre a Receita Arrecadada e a Previsão Atualizada da Receita (Dotação Atualizada), indicando a existência de excesso ou insuficiência de arrecadação. Conforme dados coletados no





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Portal da Transparência/TJPA, a Receita Arrecadada, no exercício de 2022, na UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, totalizou R\$ 321.444.058,81. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Dotação Atualizada, para este mesmo período e UG, monta R\$ 215.588.609,60. Cotejando estes valores, o QER resulta em 1,49. Utilizando a Previsão Inicial da Receita (Dotação Inicial), determinada na Lei nº 9.496/2022 que estimou a receita no valor de R\$ 165.766.891,00, obteve-se QER de 1,94, evidenciando o Excesso de Arrecadação mediante as Dotações Inicial e Atualizada, visto que para as duas dotações a receita arrecadada foi maior do que as previsões da receita. Da análise também pode-se denotar o desempenho da arrecadação que superou tanto a Dotação Inicial como a Dotação Atualizada.

$$\text{Quociente de Execução da Receita (QER)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

O Quociente de Execução da Despesa (QED) é resultante da relação entre a Despesa Executada (Despesa Liquidada) e Dotação Fixada (Atualizada). Em análise ao Balanço Orçamentário, a Dotação Liquidada monta o valor de R\$ 139.106.652,42 e a Dotação Atualizada, para este mesmo período e UG, totaliza R\$ 215.588.609,60. Cotejando estes valores, o QED resulta em 0,64 enfatizando que no exercício de 2022, na UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário houve uma economia de despesa orçamentária.

$$\text{Quociente de Execução da Despesa (QED)} = \frac{\text{Despesa Executada (De)}}{\text{Despesa Fixada (Df)}}$$

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Receita Realizada, no exercício de 2022, na UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, totalizou R\$ 139.923.514,89. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Paga, para este mesmo período e UG, monta R\$ 102.752.721,52. Cotejando estes valores, o QREO resulta em 1,36 indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.



$$\text{Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO)} = \frac{\text{Receitas Realizadas}}{\text{Despesa Pagas}}$$

Quadro XXIV - Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040102

INSCRITOS					
Execução de RPN Processados	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZ DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	935.820,31	2.794.416,49	2.134.972,39	158.460,34	1.436.804,07
Outras Despesas Correntes	935.820,31	2.794.416,49	2.134.972,39	158.460,34	1.436.804,07
DESPESAS DE CAPITAL	442.605,38	35.093.914,42	34.482.927,66		1.053.592,14
Investimentos	442.605,38	35.093.914,42	34.482.927,66		1.053.592,14
TOTAL	1.378.425,69	37.888.330,91	36.617.900,05	158.460,34	2.490.396,21

Fonte: SIAFEM 2021



Assinado com senha por MILENE LAISE SILVA CORREA, LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO, STELA REIS DE SOUZA, HUMBERTO PEREIRA LIMA FILHO, PAULO ROBERTO MARTINS CUNHA, TIAGO SILVA GUIMARAES, BETANIA SOUZA DA SILVA PINHEIRO e SHEILA ALVES DE LIMA MACIEL.
Use 3596636.23684353-434 - para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3596636.23684353-434>
Documento gerado por LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO *Data e hora: 30/03/2023 16:18



TJPAMEM202317040A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.1.1.1. UG 040103 – FRC

Não houve Dotação Inicial para a UG 040103 – FRC. No decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 11.171.258,15. Tal implemento se deu em virtude de movimentações de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro XXV - Dotação Atualizada UG 040103

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
112	0,00	583.788,08	0,00	583.788,08
128	6.000.000,00	4.000.000,00	-112.529,93	7.887.470,07
328	0,00	700.000,00	0,00	700.000,00
TOTAL	6.000.000,00	5.283.788,08	-112.529,93	11.171.258,15

Fonte: Business Object 2022

Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040103 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias, bem como, a execução dos Restos a Pagar. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXVI - Balanço Orçamentário - UG 040103

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUBTOTAL DAS RECEITAS				
Operações Crédito/Refinanciamento				
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO				
DÉFICIT			8.593.305,08	
TOTAL			8.593.305,08	
SALDOS EXERC ANTERIORES				
Receita Arrecadada em Exercícios Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura Crédito Adicionais				
SUPERÁVIT FINANCEIRO			622.337,15	
Superávit financeiro utilizado p/ Créditos Adicionais			622.337,15	

Do superávit financeiro constante do Balanço Orçamentário verifica-se, na UG 040103, o montante de R\$ 622.337,15. Este total resulta dos valores empenhados das fontes de superávit de exercícios anteriores abertos durante o exercício, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro XXVII - Dotação Atualizada x Empenhado

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada	Empenhado
328	0,00	700.000,00	0,00	700.000,00	622.337,15
TOTAL	0,00	700.000,00	0,00	700.000,00	622.337,15





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXVIII - Balanço Orçamentário - Quadro Principal – UG 040103

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	5.447.285,00	10.618.543,15	8.593.305,08	8.593.305,08	7.843.304,98	2.025.238,07
Outras Despesas Correntes	5.447.285,00	10.618.543,15	8.593.305,08	8.593.305,08	7.843.304,98	2.025.238,07
DESPESAS DE CAPITAL	552.715,00	552.715,00				552.715,00
Investimentos	552.715,00	552.715,00				552.715,00
SUBTOTAL DESPESAS AMORTIZ DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	6.000.000,00	11.171.258,15	8.593.305,08	8.593.305,08	7.843.304,98	2.577.953,07
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO SUPERÁVIT	6.000.000,00	11.171.258,15	8.593.305,08	8.593.305,08	7.843.304,98	2.577.953,07
TOTAL	6.000.000,00	11.171.258,15	8.593.305,08	8.593.305,08	7.843.304,98	2.577.953,07

No escopo de analisar o Balanço Orçamentário utilizaram-se os quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina mesclados com os dados de execução da receita, extraídos do Portal Externo deste TJPA.



TJPAMEM202317040A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas e autoriza as despesas do governo, de acordo com a previsão de arrecadação e utilizando o princípio orçamentário do equilíbrio, as receitas previstas devem ser em igual montante das despesas fixadas. Neste entendimento, a despesa inicial autorizada terá o mesmo valor da Receita inicialmente estimada ambas no montante de R\$ 6.000.000,00, conforme Lei Orçamentária Anual (LOA). O Quociente do Equilíbrio Orçamentário (QEO) analisa esta relação de equilíbrio ou desequilíbrio ocorrida da relação entre a Receita Prevista (Previsão Inicial da Receita) e a Despesa Fixada (Dotação Inicial da Despesa). Como tratado acima a Lei nº 9.496/2022 (LOA 2022) estimou a receita e fixou a despesa, para o exercício financeiro de 2022, do Estado do Pará para a UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará em montantes coincidentes. Tal determinação denota o equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA.

$$\text{Quociente de Equilíbrio Orçamentário (QEO)} = \frac{\text{Despesa Fixada (Df)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

O Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) é resultante da relação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Executada (Empenhada), indicando a existência de superávit ou déficit. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a Receita Arrecadada, no exercício de 2022, na UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, totalizou R\$ 10.463.402,04. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Empenhada, para este mesmo período e UG, monta R\$ 8.593.305,08. Cotejando estes valores, o QRO resulta em 1,22 evidenciando um Superávit Orçamentário, quando as receitas realizadas são maiores do que as despesas liquidadas.

$$\text{Quociente do Resultado Orçamentário (QRO)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Despesa Executada (De)}}$$

O Quociente de Execução da Receita (QER) resulta da relação entre a Receita Arrecadada e a Previsão Atualizada da Receita (Dotação Atualizada), indicando a existência de excesso ou insuficiência de arrecadação. Conforme dados coletados no





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Portal da Transparência/TJPA, a Receita Arrecadada, no exercício de 2022, na UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, totalizou R\$ 10.463.402,04. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Dotação Atualizada, para este mesmo período e UG, monta R\$ 11.171.258,15. Cotejando estes valores, o QER resulta em 0,93, indicando numa primeira análise uma insuficiência de arrecadação frente a necessária cobertura de despesas. Este resultado (quociente inferior a 1) ocorreu em virtude da suplementação de crédito retratada no quadro XXVII constante da página 70. Entretanto esta aparente insuficiência não denotou prejuízo à realização da despesa orçamentária (Empenho, liquidação e pagamento), conforme evidenciado no quadro XXVIII, página 71.

$$\text{Quociente de Execução da Receita (QER)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

O Quociente de Execução da Despesa (QED) é resultante da relação entre a Despesa Executada (Despesa Empenhada) e Dotação Fixada (Atualizada). Em análise ao Balanço Orçamentário, a Dotação Empenhada monta o valor de R\$ 8.593.305,08 e a Dotação Atualizada, para este mesmo período e UG, totaliza R\$ 11.171.258,15. Cotejando estes valores, o QED resulta em 0,77 enfatizando que no exercício de 2022, na UG 040103 – Fundo de Apoio ao registro Civil do Estado do Pará houve uma economia de despesa orçamentária.

$$\text{Quociente de Execução da Despesa (QED)} = \frac{\text{Despesa Executada (De)}}{\text{Despesa Fixada (Df)}}$$

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Receita Realizada, no exercício de 2022, na UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, totalizou R\$ 8.593.305,08. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Paga, para este mesmo período e UG, monta R\$ 7.843.304,98. Cotejando estes valores, o QREO resulta em 1,09 indicando o quanto





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

$$\text{Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO)} = \frac{\text{Receitas Realizadas}}{\text{Despesa Pagas}}$$

Quadro XXIX - Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040103

INSCRITOS					
Execução de RPN Processados	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZ DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		600.323,98	545.768,41		54.555,57
Outras Despesas Correntes		600.323,98	545.768,41		54.555,57
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
TOTAL		600.323,98	545.768,41		54.555,57



3.2. Do Balanço Financeiro

3.2.1. Balanço Financeiro - UG 040101

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª ed., p. 505).

No exercício de 2022, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040101 representaram um montante de R\$ 1.740.065.247,35. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 596.164.246,04, como identificado abaixo.

Quadro XXX - Balanço Financeiro 2022 – UG 040101.

INGRESSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	1.740.065.247,35	1.412.881.593,76
TRANSF. REC. P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.740.064.536,68	1.412.881.593,76
REPASSE RECEBIDO	1.676.651.113,89	1.384.505.277,77
RECURSOS ARRECADADOS-RECEBIDOS	45.036.266,72	15.613.429,69
VALORES DIFERIDOS	18.377.156,07	12.762.886,30
TRANSF. REC. INDEP. EXEC. ORÇAMENTÁRIA	710,67	
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	596.164.246,04	559.403.296,68
CONSIGNAÇÕES	459.703.408,52	365.261.120,12
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	2.752.421,37
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO - INSCRIÇÃO	123.044.935,32	75.744.095,32
RECURSOS FINANCEIROS DIFERIDOS	12.762.886,30	115.411.992,00
GANHOS COM A DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	653.015,90	233.667,87
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	147.636.052,30	75.172.282,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	147.616.365,99	75.152.595,83
DEPÓSITOS RESTIT. E VAL.VINCULADOS	19.686,31	19.686,31
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	2.483.865.545,69	2.047.457.172,58

DISPÊNDIOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	1.678.276.234,33	1.261.923.576,60
ORDINÁRIA	1.638.386.617,33	1.257.072.838,15
RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO ESTADUAL	1.638.386.617,33	1.257.072.838,15
VINCULADA	39.889.617,00	4.850.738,45
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM. DIRETA	0,00	4.850.738,45
OUTRAS DESTINACOES DE RECURSOS	39.889.617,00	
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	56.020.320,45	139.450.165,86
TRANSF.CONCEDIDAS P/ EXEC. ORCAMENTÁRIA	9.725.167,21	18.698.884,44



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

REPASSE CONCEDIDO	9.725.167,21	18.698.884,44
TRANSF. CONCED. INDEP. EXEC. ORÇAMENT.	46.295.153,24	120.751.281,42
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	525.059.542,33	498.447.377,82
CONSIGNAÇÕES	451.403.746,04	364.672.894,29
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	2.752.421,37
RESTOS A PAGAR DE EXEC. ANTERIOR – BAIXA	55.278.640,22	2.847.183,86
RECURSOS FINANCEIROS DIFERIDOS	18.377.156,07	128.174.878,30
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	224.509.448,58	147.636.052,30
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	224.509.448,58	147.616.365,99
DEPOSITOS RESTITUÍVEIS E VAL. VINCULADOS	0,00	19.686,31
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	2.483.865.545,69	2.047.457.172,58

Fonte: SIAFEM 2022

Ressalta-se o valor de R\$ 46.295.153,24, de Transferências Concedidas Independente de Execução Orçamentária, presente nos Dispêndios. Este valor refere-se à devolução, da UG do TJPA para a UG do Governo do Estado do Pará, de saldos financeiros remanescentes decorrentes das entregas dos duodécimos, pelo encerramento do exercício, em atendimento ao artigo 12, do Decreto nº 2.767, de 21 novembro de 2022, que estabelece as normas e os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2022.

Em relação aos quocientes sobre o Balanço Financeiro, a maioria utiliza-se da Receita Orçamentária, porém observa-se que Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pela natureza de suas atividades, não apresenta receitas orçamentárias. Tendo nas TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II) sua fonte para pagamento das despesas orçamentárias.

Desta forma, apresentaremos somente o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros. Esse quociente deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015).

$$\frac{224.509.448,58}{147.636.052,30} = 1,52$$

Resultado do quociente maior do que 1, significa que “os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício” (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015).



Abaixo, apresenta-se a Demonstração da Disponibilidade de Caixa da UG 040101.

Quadro XXXI - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040101

ATIVO FINANCEIRO	242.886.604,65
ATIVO DISPONÍVEL	242.886.604,65
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	242.886.604,65
BANCOS	224.509.448,58
CONTA MOVIMENTO	265.701,84
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	224.224.060,43
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VLRS VINCULADOS	19.686,31
OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	18.377.156,07
VALORES DIFERIDOS DO EXERCÍCIO	18.377.156,07
PASSIVO FINANCEIRO	242.886.604,65
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	155.113.695,95
DEPÓSITOS	11.398.211,72
RESTOS A PAGAR	143.715.484,23
DO EXERCÍCIO	123.044.935,32
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	8.350.853,50
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	114.694.081,82
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.670.548,91
RP PROCESSADOS A PAGAR	20.670.548,91
OUTRAS OBRIGACOES FINANCEIRAS	0,00
VALORES DIFERIDOS	0,00
DISPONIBIL. P/ DESTINAÇÃO DE RECUR. NÃO UTILIZADO	87.772.908,70

Fonte: SIAFEM 2022

A Demonstração da Disponibilidade de Caixa apresenta o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, resultando, ao final, na Disponibilidade por Destinação de Recurso Não Utilizado de R\$ 87.772.908,70.

O saldo da conta Disponibilidade por Destinação de Recurso é utilizado para a elaboração do Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª ed., p. 514).

O valor da Disponibilidade por Destinação de Recurso da Demonstração da Disponibilidade de Caixa, de R\$ 87.772.908,70, está consistente com o valor evidenciado no Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial da UG 040101, a ser apresentado mais a frente neste relatório.

A Demonstração da Disponibilidade de Caixa não se confunde com a Demonstração dos Fluxos de Caixa. Enquanto a Demonstração da Disponibilidade de Caixa apresenta o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, a Demonstração dos



Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa será tratada em outro tópico neste relatório.

3.2.2. Balanço Financeiro - UG 040102

No exercício de 2022, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040102 representaram um montante de R\$ 338.003.780,89. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 367.156.769,33. Como identificado abaixo.

Quadro XXXII - Balanço Financeiro 2022 - UG 040102

INGRESSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	338.003.780,89	181.843.660,62
TRANSF. REC. P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	338.003.780,89	181.843.660,62
REPASSE RECEBIDO	39.798.427,77	7.194.960,71
RECURSOS ARRECADADOS-RECEBIDOS	298.205.353,12	174.648.699,91
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	367.156.769,33	952.074.277,45
CONSIGNAÇÕES	4.032.107,61	5.014.510,15
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	325.795.408,01	908.774.706,03
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO - INSCRIÇÃO	37.170.793,37	37.888.330,91
GANHOS COM A DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	158.460,34	396.730,36
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	521.224.018,23	387.329.136,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	188.226.356,07	109.168.300,13
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VAL. VINCULADOS	332.997.662,16	278.160.836,56
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	1.226.384.568,45	1.521.247.074,76

DISPÊNDIOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	139.923.514,89	123.151.785,20
ORDINÁRIA	14.756.093,81	7.925.226,59
RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO ESTADUAL	14.756.093,81	7.925.226,59
VINCULADA	125.167.421,08	115.226.558,61
REC. PROV. DE TRANSFERENCIAS-CONVÊNIOS E OUTROS	1.996.981,78	680.721,28
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM. DIRETA	1.559.802,19	506.507,26
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DOS PODERES	121.319.848,76	110.114.621,85
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	290.788,35	3.924.708,22
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	3.573.411,06	2.012.993,06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

TRANSF.CONCEDIDAS P/ EXEC. ORCAMENTÁRIA	3.573.411,06	2.012.993,06
REPASSE CONCEDIDO	3.573.411,06	2.012.993,06
PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTÁRIOS (VIII)	247.199.775,70	874.858.278,27
CONSIGNAÇÕES	3.502.856,87	5.133.034,50
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	206.920.558,44	853.937.880,43
RESTOS A PAGAR DE EXEC. ANTERIOR – BAIXA	36.776.360,39	15.787.363,34
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	835.687.866,80	521.224.018,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	835.687.866,80	188.226.356,07
DEPOSITOS RESTITUÍVEIS E VAL. VINCULADOS	0,00	332.997.662,16
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	1.226.384.568,45	1.521.247.074,76

Fonte: SIAFEM 2022

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, que deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior, da UG 040102, segue abaixo.

$$\frac{835.687.866,80}{521.224.018,23} = 1,60$$

Resultado do quociente maior do que 1, significa que “os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício” (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015).

Abaixo, apresenta-se a Demonstração da Disponibilidade de Caixa da UG 040102.

Quadro XXXIII - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040102

ATIVO FINANCEIRO	835.687.866,80
ATIVO DISPONIVEL	835.687.866,80
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	835.687.866,80
BANCOS	835.687.866,80
CONTA MOVIMENTO	83.843,90
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	383.731.511,17
DEPOSITOS RESTITUÍVEIS E VLRS VINCULADOS	451.872.511,73
OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	835.687.866,80
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	492.302.710,63
DEPÓSITOS	452.641.521,05
RESTOS A PAGAR	39.661.189,58
DO EXERCÍCIO	37.170.793,37
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO	816.862,47
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	36.353.930,90
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.490.396,21
RP PROCESSADOS A PAGAR	2.490.396,21



OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	0,00
VALORES DIFERIDOS	0,00
DISPONIBIL. P/ DESTINAÇÃO DE RECUR. NÃO UTILIZADO	343.385.156,17

Fonte: SIAFEM 2022

O valor do Ativo Financeiro da Demonstração da Disponibilidade de Caixa apresenta consistência com o Ativo Financeiro do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, do Balanço Patrimonial, da UG 040102.

Ademais, a Demonstração da Disponibilidade de Caixa apresenta o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, resultando, ao final, na Disponibilidade por Destinação de Recurso Não Utilizado de R\$ 343.385.156,17.

O valor da Disponibilidade por Destinação de Recurso da Demonstração da Disponibilidade de Caixa está consistente com o valor evidenciado no Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial da UG 040102, a ser apresentado mais a frente neste Relatório.

3.2.3. Balanço Financeiro – UG 040103

No exercício de 2022, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040103 representaram um montante de R\$ 11.502.778,89. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 1.841.165,06. Como identificado abaixo.

Quadro XXXIV - Balanço Financeiro 2022 – UG 040103.

INGRESSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	11.502.778,89	10.763.687,16
TRANSF. REC. P/ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11.502.778,89	10.763.687,16
REPASSE RECEBIDO	8.500,00	6.650.634,79
RECURSOS ARRECADADOS-RECEBIDOS	11.494.278,89	4.113.052,37
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	1.841.165,06	1.318.444,93
CONSIGNAÇÕES	1.091.164,96	718.120,95
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO - INSCRIÇÃO	750.000,10	600.323,98
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	5.559.859,80	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5.559.859,80	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	18.903.803,75	12.082.132,09

DISPÊNDIOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	8.593.305,08	5.756.437,73
VINCULADA	8.593.305,08	5.756.437,73
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM. DIRETA	8.593.305,08	5.756.437,73
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	112.529,93	47.713,61
TRANSF. CONCEDIDAS P/ EXEC. ORÇAMENTÁRIA	112.529,93	47.713,61



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

REPASSE CONCEDIDO	112.529,93	47.713,61
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	1.636.933,37	718.120,95
CONSIGNAÇÕES	1.091.164,96	718.120,95
RESTOS A PAGAR DE EXEC.ANTERIOR - BAIXA	545.768,41	
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	8.561.035,37	5.559.859,80
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	8.561.035,37	5.559.859,80
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	18.903.803,75	12.082.132,09

Fonte: SIAFEM 2022

A UG 040103 foi criada em agosto de 2021, desta forma, na coluna relativa ao Exercício Anterior não existem valores de Saldo do Exercício Anterior para Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, que deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior, da UG 040103, segue abaixo.

$$\frac{8.561.035,37}{5.559.859,80} = 1,54$$

Resultado do quociente maior do que 1, significa que “os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício” (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015).

Abaixo, apresenta-se a Demonstração da Disponibilidade de Caixa da UG 040103.

Quadro XXXV - Demonstração da Disponibilidade de Caixa - UG 040103

ATIVO FINANCEIRO	8.561.035,37
ATIVO DISPONIVEL	8.561.035,37
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	8.561.035,37
BANCOS	8.561.035,37
CONTA MOVIMENTO	1.521,10
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.559.514,27
OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	8.561.035,37
OBRIGACOES FINANCEIRAS	804.555,67
RESTOS A PAGAR	804.555,67
DO EXERCÍCIO	750.000,10
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	750.000,10
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	54.555,57
RP PROCESSADOS A PAGAR	54.555,57
OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
VALORES DIFERIDOS	0,00
DISPONIBIL. P/ DESTINAÇÃO DE RECUR. NÃO UTILIZADO	7.756.479,70



O valor do Ativo Financeiro da Demonstração da Disponibilidade de Caixa apresenta consistência com o Ativo Financeiro do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, do Balanço Patrimonial, da UG 040103.

Ademais, a Demonstração da Disponibilidade de Caixa apresenta o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, resultando, ao final, na Disponibilidade por Destinação de Recurso Não Utilizado de R\$ 7.756.479,70.

O valor da Disponibilidade por Destinação de Recurso da Demonstração da Disponibilidade de Caixa está consistente com o valor evidenciado no Quadro do Superávit / Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial da UG 040103, a ser apresentado mais a frente neste Relatório.

3.2.4. Balanço Financeiro – UG 050101

O Balanço Financeiro da Justiça Militar do Estado do Pará, do ano de 2022, apresenta-se sem movimento.

3.3. Da Demonstração dos Fluxos de Caixa

3.3.1. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª ed., p. 529) a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta “as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento”. De acordo com o referido Manual, a DFC identificará: “a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis”.

No quadro abaixo expõe-se a DFC da UG 040101.

Quadro XXXVI - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS	2.213.204.244,38	1.899.293.216,49
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.740.065.247,35	1.412.881.593,76
OUTROS RECEITAS/INGRESSOS OPERACIONAIS	473.138.997,03	486.411.622,73
DESEMBOLSOS	2.117.811.356,58	1.826.829.446,33



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	1.536.731.493,80	1.020.029.046,91
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	56.020.320,45	305.600.600,23
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	525.059.542,33	501.199.799,19
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	95.392.887,80	72.463.770,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS	18.499.805,21	
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	18.499.805,21	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-18.499.805,21	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	76.893.082,59	72.463.770,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	147.616.365,99	75.152.595,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	224.509.448,58	147.616.365,99

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INTRAGOVERNAMENTAIS	1.740.065.247,35	1.412.881.593,76
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.740.065.247,35	1.412.881.593,76
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	56.020.320,45	305.600.600,23
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	56.020.320,45	305.600.600,23

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
02 – JUDICIÁRIA	1.536.731.493,80	1.020.029.046,91
TOTAL DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	1.536.731.493,80	1.020.029.046,91

Fonte: SIAFEM 2022

Em relação aos Ingressos, o valor de Outros Receitas/Ingressos Operacionais, de R\$ 473.138.997,03, está detalhado em: Consignações, R\$ 459.703.408,52; Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados, R\$ 19.686,31; Recursos Financeiros Diferidos, R\$ 12.762.886,30; e Ganhos com a Desincorporação de Passivos, R\$ 653.015,90.

Bem como nos Desembolsos, o valor de Outros Desembolsos Operacionais, de R\$ 525.059.542,33, está detalhado em: Consignações, R\$ 451.403.746,04; Restos a Pagar de Exerc. Anterior – Baixa, R\$ 55.278.640,22; e Recursos Financeiros Diferidos, R\$ 18.377.156,07.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 224.509.448,58, apresentado na DFC da UG 040101 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040101.



3.3.2. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102

O Quadro abaixo apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040102.

Quadro XXXVII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS	1.000.987.632,68	1.949.837.611,35
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	338.003.780,89	181.843.660,62
OUTROS RECEITAS/INGRESSOS OPERACIONAIS	662.983.851,79	1.767.993.950,73
DESEMBOLSOS	323.525.618,59	1.864.432.536,89
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	72.692.218,16	78.916.435,77
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	3.633.411,06	2.012.993,06
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	247.199.989,37	1.783.503.108,06
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	677.462.014,09	85.405.074,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS	30.000.503,36	6.347.018,52
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	30.000.219,36	4.192.577,75
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	284,00	2.154.440,77
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-30.000.503,36	-6.347.018,52
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	647.461.510,73	79.058.055,94
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	188.226.356,07	109.168.300,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	835.687.866,80	188.226.356,07

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INTRAGOVERNAMENTAIS	338.003.780,89	181.843.660,62
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	338.003.780,89	181.843.660,62
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	3.573.411,06	2.012.993,06
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	60.000,00	
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	3.633.411,06	2.012.993,06

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
02 – JUDICIÁRIA	72.692.218,16	78.916.435,77
TOTAL DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	72.692.218,16	78.916.435,77

Fonte: SIAFEM 2022

Em relação aos Ingressos, o valor de Outros Receitas/Ingressos Operacionais, de R\$ 662.983.851,79, está detalhado em: Consignações, R\$ 4.032.107,61;



Depósitos de Diversas Origens, R\$ 325.795.408,01; Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados, R\$ 332.997.875,83; e Ganhos com a Desincorporação de Passivos, R\$ 158.460,34.

Bem como nos Desembolsos, o valor de Outros Desembolsos Operacionais, de R\$ 247.199.989,37, está em: Consignações, R\$ 3.502.856,87; Depósitos de Diversas Origens R\$ 206.920.558,44; Restos a Pagar de Exerc. Anterior – Baixa, R\$ 36.776.360,39; e Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados, R\$ 213,67.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 835.687.866,80, apresentado na DFC da UG 040102 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040102.

Em análise, a equipe da SEAUD solicitou esclarecimentos sobre as contas "Outros Receitas/Ingressos Operacionais", em Ingressos, e "Outros Desembolsos Operacionais", em Desembolsos, pois apresentam valores bem abaixo dos valores do ano anterior.

Em resposta, a SEFIN elaborou Nota Explicativa à Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040102. Referida Nota esclarece que "Quanto à diminuição dos valores em comparação ao ano anterior, informamos que isso se deve ao refinamento e simplificação dos lançamentos a fim de reduzir o número de lançamentos necessários, face a necessidade de um fechamento mais rápido devido a troca de sistema, mas todos em conformidade com saldo das contas de depósitos judiciais".

3.3.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103

O Quadro abaixo apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040103.

Quadro XXXVIII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS	12.593.943,85	11.481.808,11
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	11.502.778,89	10.763.687,16
OUTROS RECEITAS/INGRESSOS OPERACIONAIS	1.091.164,96	718.120,95
DESEMBOLSOS	9.592.768,28	5.921.948,31
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	7.843.304,98	5.156.113,75
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	112.529,93	47.713,61
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.636.933,37	718.120,95
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	3.001.175,57	5.559.859,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		0,00



FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	3.001.175,57	5.559.859,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.559.859,80	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	8.561.035,37	5.559.859,80

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INTRAGOVERNAMENTAIS	11.502.778,89	10.763.687,16
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	11.502.778,89	10.763.687,16
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INTRAGOVERNAMENTAIS	112.529,93	47.713,61
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	112.529,93	47.713,61

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
02 – JUDICIÁRIA	7.843.304,98	5.156.113,75
TOTAL DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	7.843.304,98	5.156.113,75

Fonte: SIAFEM 2022

Em relação aos Ingressos, o valor de Outros Receitas/Ingressos Operacionais, de R\$ 1.091.164,96, está detalhado em: Consignações, R\$ 1.091.164,96.

Bem como nos Desembolsos, o valor de Outros Desembolsos Operacionais, de R\$ 1.636.933,37, está em: Consignações, R\$ 1.091.164,96; e Restos a Pagar de Exerc. Anterior – Baixa, R\$ 545.768,41.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 8.561.035,37, apresentado na DFC da UG 040103 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040103.

3.3.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa – UG 050101

A Demonstração dos Fluxos de Caixa da Justiça Militar do Estado do Pará, do ano de 2022, apresenta-se sem movimento.

3.4. Do Balanço Patrimonial

Nesta seção estão demonstrados os registros oriundos de escriturações movimentadas referentes ao sistema patrimonial. Os demonstrativos referem-se à posição patrimonial de 04 unidades gestoras diferentes, quais sejam a UG 040101,



que aloca valores relativos ao Tesouro; UG 040102, que aloca valores relativos ao Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - FRJ; UG 040103, para alocação de valores referentes ao Fundo de Registro Civil - FRC; e UG 050101, referente a Justiça Militar do Estado do Pará.

Em relação esta última UG, não houve no exercício 2022 nenhuma movimentação, estando todos os demonstrativos patrimoniais com saldo zerado. Constatou-se que, conforme Ofício nº 1244/2018-GP, no intuito de reduzir a estrutura de gastos administrativos, concentrou-se os gastos da UG 050101 na UG 040101 – Tribunal de Justiça. Assim, a execução dos gastos da Justiça Militar passou a ser responsabilidade do Tribunal de Justiça.

Importante ressaltar que o Balanço Patrimonial se estrutura, conforme art. 105 da Lei nº 4.320/64 e alterações, pela Portaria STN nº 438/2012, de Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação; e Quadro do Superávit / Déficit Financeiro. Além da estrutura fixada em lei, o Balanço Patrimonial segue as diretrizes propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 9ª Edição - Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Desse modo, passaremos a analisar o Balanço Patrimonial de cada uma das unidades gestoras, separadamente.

3.4.1. Balanço Patrimonial - UG 040101

3.4.1.1. Quadro Principal

Quadro XXXIX - BALANÇO PATRIMONIAL - UG 040101

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040101 Exercício 2022		
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	224.609.448,58	147.616.365,99
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	22.878.357,60	13.648.172,37
Estoques	2.968.795,59	998.033,32
Total do Ativo Circulante	250.356.601,77	162.262.571,68
Ativo Não Circulante		



Imobilizado	922.362,40	
Total do Ativo Não Circulante	922.362,40	0,00
TOTAL DO ATIVO	251.278.964,17	162.262.571,68
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	116.391.994,75	61.287.442,49
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	27.788.330,07	14.868.156,98
Demais Obrigações a Curto Prazo	11.398.211,72	3.098.549,24
Total do Passivo Circulante	155.578.536,54	79.254.148,71
Passivo Não Circulante		
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	95.700.427,63	83.008.422,97
Total do Patrimônio Líquido	95.700.427,63	83.008.422,97
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	251.278.964,17	162.262.571,68

3.4.1.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro XL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040101 Exercício 2022		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	242.886.604,65	160.398.938,60
Ativo Permanente	8.392.359,52	1.863.633,08
Total do Ativo	251.278.964,17	162.262.571,68
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	155.113.695,95	79.047.738,37
Passivo Permanente	464.840,59	206.410,34
Total do Passivo	155.578.536,54	79.254.148,71
Saldo Patrimonial (III) = (I-II)	95.700.427,63	83.008.422,97

3.4.1.3. Quadro das Contas de Compensação



Quadro XLI - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040101 Exercício 2022		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contra garantias recebidas	19.686,31	19.686,31
Total dos Atos Potenciais Ativos	19.686,31	19.686,31
Atos Potenciais Passivos		
Obrigações contratuais	236.546.273,68	76.801.614,82
Total dos Atos Potenciais Passivos	236.546.273,68	76.801.614,82

3.4.1.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro XLII - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040101 Exercício 2022			
FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
Código da Fonte	Descrição da Fonte		
01	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	86.307.856,14	77.706.944,36
16	Recursos Destinados a Fundos da Adm. Direta	322,00	8.500,00
50	Outras Destinações de Recursos	1.464.730,56	3.635.755,87
Total das Fontes de Recursos		87.772.908,70	81.351.200,23

3.4.1.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 9ª, o saldo das contas a seguir:

- a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo;

Quadro XLIII - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	116.391.994,75	61.287.442,49
Pessoal a Pagar	99.706.075,66	59.688.442,21
Encargos Sociais a Pagar	16.685.919,09	1.599.000,28

- b) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas.

Quadro XLIV - Componentes do patrimônio líquido



	Exercício Atual	Exercício Anterior
Resultados Acumulados	95.700.427,63	83.008.422,97
Superávits ou Déficits Acumulados	83.008.422,97	69.437.671,05
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	12.692.004,66	13.570.751,92

3.4.1.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040101

3.4.1.6.1. Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{224.509.448,58}{155.578.536,54} = 1,44$$

Esse Quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. Assim, a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe R\$ 1,44 em caixa e equivalentes. Em relação ao exercício anterior, esse índice era de 1,86, o que indica que a liquidez imediata diminuiu apenas 22,6% na UG, indicando certa estabilidade em relação a 2021.

3.4.1.6.2. Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{250.356.601,77}{155.578.536,54} = 1,61$$

O quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis ou realizáveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo dos próximos 12 meses à data da publicação. Assim, considerando os ativos realizáveis somados aos equivalentes de caixa, o índice demonstra que a capacidade de pagamento supera os compromissos de curto prazo em mais de 60%.

3.4.1.6.3. Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}} = \frac{155.578.536,54}{155.578.536,54} = 1,00$$



Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040101 a dívida existente é exclusivamente de curto prazo.

3.4.1.6.4. Situação Financeira

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}} = \frac{251.278.964,17}{155.578.536,54} = 1,61$$

O quociente demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, os recursos financeiros disponíveis ou realizáveis em relação com as obrigações financeiras exigíveis a curto prazo. O índice aponta que, para cada R\$ 1,00 do Passivo Financeiro, existe R\$ 1,61 de Ativo Financeiro.

3.4.2. Balanço Patrimonial - UG 040102

3.4.2.1. Quadro Principal

Quadro XLV - BALANÇO PATRIMONIAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO Exercício 2022		
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	835.687.866,80	188.226.356,07
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.796.536,43	334.634.515,39
Estoques	4.422.504,34	3.681.035,46
Total do Ativo Circulante	843.906.907,57	526.541.906,92
Ativo Não Circulante		
Imobilizado	491.588.234,25	417.229.051,97
Total do Ativo Não Circulante	491.588.234,25	417.229.051,97
TOTAL DO ATIVO	1.335.495.141,82	943.770.958,89
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	12.762,10	32.327,15
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	39.847.825,84	39.317.516,05
Demais Obrigações a Curto Prazo	452.641.521,05	333.237.420,74
Total do Passivo Circulante	492.502.108,99	372.587.263,94



Passivo Não Circulante		
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
Patrimônio Líquido		
Resultados Acumulados	842.993.032,83	571.183.694,95
Total do Patrimônio Líquido	842.993.032,83	571.183.694,95
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.335.495.141,82	943.770.958,89

3.4.2.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro XLVI - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO Exercício 2022		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	835.687.866,80	521.224.018,23
Ativo Permanente	499.807.275,02	422.546.940,66
Total do Ativo	1.335.495.141,82	943.770.958,89
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	492.302.710,63	372.504.177,34
Passivo Permanente	199.398,36	83.086,60
Total do Passivo	492.502.108,99	372.587.263,94
Saldo Patrimonial (III) = (I-II)	842.993.032,83	571.183.694,95

3.4.2.3. Quadro das Contas de Compensação

Quadro XLVII - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO Exercício 2022		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas	355.699,90	446.733,41
Total dos Atos Potenciais Ativos	355.699,90	446.733,41
Atos Potenciais Passivos		
Obrigações contratuais	172.992.218,56	115.876.811,01
Total dos Atos Potenciais Passivos	172.992.218,56	115.876.811,01

3.4.2.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro



Quadro XLVIII - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO Exercício 2022			
FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
Código da Fonte	Descrição da Fonte		
01	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	63.503.497,71	43.452.379,63
15	Rec. Prov. De Transferências - Convênios e Outros	1.853.172,87	427,65
16	Recursos Destinados a Fundos da Adm. Direta	122.840,91	1.682.643,10
18	Recursos destinados a Fundos dos Poderes	215.944.155,19	78.466.110,64
50	Outras Destinações de Recursos	61.961.489,49	25.118.279,87
Total das Fontes de Recursos		343.385.156,17	148.719.840,89

3.4.2.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 9ª, o saldo das contas a seguir:

a) Imobilizado;

Quadro XLIX - Imobilizado	
IMOBILIZADO	
BENS MOVEIS	137.495.481,51
Aparelhos de Medição e Orientação	49.580,52
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	915.511,70
Aparelho e Equipament Médico, Odontológico, Laboratorial e Hospitalar	137.021,32
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	859.847,56
Máquinas e Equipamentos industriais	3.300,99
Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.858.982,11
Máquinas e Equipamentos Gráficos	19.813,16
Máquina, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.463.522,93
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	2.208,61
Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agropecuários e Rodoviários	5.163,76
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	23.377,13
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipam e Ferramentas	3.697.623,84
Equipamentos de Processamento de Dados	97.759.684,78
Equipamentos de Tecnologia da Informação	2.100.284,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	2.977.499,22
Máquinas e Utensílios de Escritório	125.017,13
Mobiliário em Geral	14.019.888,80
Coleções e Materiais Bibliográficos	14.973,71
Instrumentos Musicais e Artísticos	2.591,05
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	2.520.660,49
Obras de Arte e peças para Exposição	16.132,01
Veículos em Geral	362.111,92
Veículos de Tração	5.857.355,12
Embarcações	126.034,26



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Estoque Interno	2.536.566,24
Armamento	24.090,38
Outros Bens Móveis	16.638,77
(-) DEPREC, EXAUSTÃO, AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-93.009.008,32
(-) Depreciação Acum Máquinas, Aparelhos, Equipam e Ferram	-5.904.704,34
(-) Depreciação Acumulada de bens de Informática	-35.464.785,69
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Utensílios	-7.434.018,22
(-) Depreciação Acum Materiais Cultura, Educação e Comunicação	-1.528.719,79
(-) Depreciação Acumulada Veículos	-13.313.769,42
(-) Depreciação Acum Peças e Conjuntos de Reposição	-1.887,84
(-) Depreciação acumulada de Armamentos	-19.792,80
(-) Depreciação Acumulada de Demais Bens Móveis	-4.687,19
(-) Depreciação Acumulada de Bens de Uso Especial	-29.336.643,03
BENS IMOVEIS	447.101.761,06
Edifícios	207.189.553,51
Terrenos/Glebas	211.660.627,35
Obras em Andamento	27.778.344,87
Estudos e Projetos	473.235,33
IMOBILIZADO	491.588.234,25

A SEFIN deste PJPA informou, por meio de Nota Explicativa anexa ao Balanço Patrimonial – FRJ, que não realizou a escrituração completa, no exercício de 2022, dos valores informados pelo Departamento de Patrimônio e Serviços, pertencente a SEADM, também desse Tribunal, o que provocou divergência entre os valores apresentados no documento “Declaração de Regularidade do Inventário” apresentado pelo DPS e o presente Balanço Patrimonial, elaborado pela SEFIN. Informa também que a previsão de atualização é no mês de abril do exercício de 2023.

b) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

Quadro L - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	12.762,10	32.327,15
Encargos Sociais a Pagar	12.762,10	32.327,15

c) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas

Quadro LI - Componentes do patrimônio líquido

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Resultados Acumulados	842.993.032,83	571.183.694,95
Superávits ou Déficits Acumulados	570.639.614,86	491.152.962,80
Ajustes de Bens Imóveis	544.080,09	544.080,09
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	271.809.337,88	79.486.652,06



3.4.2.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040102

3.4.2.6.1. Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{835.687.866,80}{492.502.108,99} = 1,69$$

Esse quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. O índice aponta para uma situação superavitária, onde a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe de R\$ 1,69 em caixa e equivalentes. Comparado aos dois últimos exercícios, na qual a situação apresentava déficit, a instituição demonstra resultado positivo em 2022 motivado pelo aumento em mais de 75% dos equivalentes de caixa.

3.4.2.6.2. Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{843.906.907,57}{492.502.108,99} = 1,71$$

Quanto a Liquidez Corrente, que demonstra o quanto os recursos disponíveis ou realizáveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo dos próximos 12 meses à data da publicação, o TJPA apresenta situação superavitária, assim, considerando os ativos realizáveis somados aos equivalentes de caixa, a capacidade de pagamento dos compromissos de curto prazo aumenta, passando a apresentar R\$ 1,71 de capacidade de pagamento de compromissos para cada R\$ 1,00 comprometido, uma alta de 17,5% em relação ao exercício de 2021.

3.4.2.6.3. Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}} = \frac{492.502.108,99}{492.502.108,99} = 1,00$$



Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040102 a dívida existente é exclusivamente de curto prazo.

3.4.2.6.4. Situação Financeira

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}} = \frac{835.687.866,80}{492.302.710,63} = 1,70$$

O quociente demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, os recursos financeiros disponíveis ou realizáveis em relação com as obrigações financeiras exigíveis a curto prazo. O índice aponta que, para cada R\$ 1,00 do Passivo Financeiro, existe R\$ 1,70 de Ativo Financeiro. Esse índice obteve aumento de 21% em relação ao exercício anterior.

3.4.3. Balanço Patrimonial - UG 040103

3.4.3.1. Quadro Principal

Quadro LII - BALANÇO PATRIMONIAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - UG 040103 - FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO PA Exercício 2022		
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.561.035,37	5.559.859,80
Total do Ativo Circulante	8.561.035,37	5.559.859,80
Ativo Não Circulante		
Total do Ativo Não Circulante	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	8.561.035,37	5.559.859,80
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	820.209,07	600.323,98
Total do Passivo Circulante	820.209,07	600.323,98
Passivo Não Circulante		
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00



Patrimônio Líquido		
Resultados Acumulados	7.740.826,30	4.959.535,82
Total do Patrimônio Líquido	7.740.826,30	4.959.535,82
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.561.035,37	5.559.859,80

3.4.3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro LIII - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040103 - FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO PA Exercício 2022		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	8.561.035,37	5.559.859,80
Total do Ativo	8.561.035,37	5.559.859,80
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	804.555,67	600.323,98
Passivo Permanente	15.653,40	
Total do Passivo	820.209,07	600.323,98
Saldo Patrimonial (III) = (I-II)	7.740.826,30	4.959.535,82

3.4.3.3. Quadro das Contas de Compensação

Quadro LIV - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040103 - FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO PA Exercício 2022		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

3.4.3.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro LV - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040103 - FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO PA Exercício 2022		
FONTES DE RECURSOS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Código da Fonte	Descrição da Fonte	



16	Recursos Destinados a Fundos da Adm. Direta	6.386.766,42	4.448.290,79
50	Outras Destinações de Recursos	1.369.713,28	511.245,03
Total das Fontes de Recursos		7.756.479,70	4.959.535,82

3.4.3.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 9ª, o saldo das contas a seguir:

- A) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas.

Quadro LVI - Componentes do patrimônio líquido

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Resultados Acumulados	7.740.826,30	4.959.535,82
Superávits ou Déficits Acumulados	4.959.535,82	0,00
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	2.781.290,48	4.959.535,82

3.4.3.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040103

3.4.3.6.1. Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{8.561.035,37}{820.209,07} = 10,44$$

Esse Quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. Assim, a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe R\$ 10,44 em caixa e equivalentes. Aumento de 11% em relação ao ano anterior.

3.4.3.6.2. Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}} = \frac{820.209,07}{820.209,07} = 1,00$$



Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040103 a dívida existente é exclusivamente de curto prazo.

3.5. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. As variações patrimoniais são classificadas em variações quantitativas e variações qualitativas.

Para efeito de análises, as variações quantitativas são as que nos interessam, pois essas compreendem alterações que provocam modificações nos elementos patrimoniais, podendo ser divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas, as que aumentam o Patrimônio Líquido; e a Variações Patrimoniais Diminutivas, diminuem o Patrimônio Líquido. As Variações Patrimoniais Qualitativas não afetam o Patrimônio Líquido, visto que correspondem apenas à materialização de fenômenos permutativos patrimoniais.

O art. 104 da Lei nº 4.320/64 não estabelece a estrutura de apresentação da Demonstração das Variações Patrimoniais, no entanto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª Edição - Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, dispõe que a DVP será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.

A seguir, analisaremos a Demonstração de Variações Patrimoniais de cada uma das Unidades Gestoras.

3.5.1. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040101

Quadro LVII - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040101 Exercício 2022		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Transferências e Delegações Recebidas	1.740.065.247,35	1.412.881.593,76



Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	653.015,90	233.667,87
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	1.740.718.263,25	1.413.115.261,63
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos	1.519.613.213,28	1.178.494.912,58
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.082.160,09	2.039.431,51
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	100.201.570,17	65.286.173,29
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23.180,98	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	86.068.342,24	139.450.165,86
Tributárias	583.738,66	491.281,92
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.454.053,17	13.782.544,55
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	1.728.026.258,59	1.399.544.509,71
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	12.692.004,66	13.570.751,92

3.5.1.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais

3.5.1.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{1.740.718.263,25}{1.728.026.258,59} = 1,01$$

Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit patrimonial no exercício. No exercício 2022, o índice representa certo equilíbrio patrimonial, visto que o superávit de 0,01 é discreto.

3.5.2. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040102

Quadro LVIII - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040102 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO JUDICIÁRIO Exercício 2022		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Transferências e Delegações Recebidas	368.051.802,68	181.843.660,62
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	158.460,34	396.730,36
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	368.210.263,02	182.240.390,98



Variações Patrimoniais Diminutivas		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	567.784,40	489.483,60
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	73.419.021,19	85.318.403,80
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.525,30	33.059,43
Transferências e Delegações Concedidas	3.633.411,06	4.439.011,62
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	101.850,51
Tributárias	390.766,48	398.301,41
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	18.388.416,71	11.973.628,55
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	96.400.925,14	102.753.738,92
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	271.809.337,88	79.486.652,06

3.5.2.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040102

3.5.2.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{368.210.263,02}{96.809.337,88} = 3,80$$

Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit patrimonial no exercício. No exercício 2022, o índice demonstra uma situação superavitária 53% maior que a apresentada no exercício anterior. Isso se deu, principalmente, pelo aumento das “Transferências e Delegações Recebidas” que cresceram, em relação ao ano anterior, 50,6%.

3.5.3. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040103

Quadro LIX - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ UG 040103 - FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO PA Exercício 2022		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Transferências e Delegações Recebidas	11.502.778,89	10.763.687,16
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	11.502.778,89	10.763.687,16



Variações Patrimoniais Diminutivas		
Transferências e Delegações Concedidas	112.529,93	47.713,61
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.608958,48	5.756.437,73
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	7.721.488,41	5.804.151,34
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	2.781.290,48	4.959.535,82

3.5.3.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040103

3.5.3.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{11.502.778,89}{7.721.488,41} = 1,49$$

Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit patrimonial no exercício. No exercício 2022, o índice aponta superávit, no entanto, em relação ao ano anterior, houve uma diminuição desse superávit em 24%.



CONSIDERAÇÕES GERAIS

Trata-se de relatório de análise da Prestação de Contas Anual de Gestão, elaborada pela SEAUD, referente ao exercício de 2022.

Esta SEAUD elaborou este relatório em cumprimento do Art. 3º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2007, que determina que todos os administradores e demais responsáveis por recursos públicos estaduais das unidades jurisdicionadas do TCE-PA devem encaminhar a prestação de contas anual de gestão. O Art. 4º, §2º da referida Resolução determina ainda que a unidade de controle interno elabore relatório e parecer informando as situações significativas apuradas no que diz respeito a análise da Prestação de Contas.

O presente relatório tem como objetivo apresentar análise acerca dos resultados relativos aos atos de gestão, levando-se em consideração os princípios da transparência, da eficiência, economicidade, eficácia e legalidade, bem como expressar o resultado das análises realizadas pela equipe da SEAUD, que tomou por base os trabalhos de fiscalização (auditoria/monitoramento) realizados sobre os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Para a avaliação da gestão, foram analisados 4 (quatro) tópicos a saber: Pessoal; Compras e Contratações; Obras e Serviços de Engenharia; e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Em resumo, após análise dos documentos enviados pelas unidades, concluiu-se que:

Pessoal

No cenário nacional, a redução de 6,7% na rubrica das despesas com pessoal, impulsionou a diminuição em 5,6% dos gastos totais do Poder Judiciário. O TJPA, dentre os Tribunais de Médio Porte foi o que menos gastou com magistrados (as) e o segundo com menor gasto com servidores (as), ficando atrás apenas do TJCE, conforme o Relatório Justiça em Números, 19ª edição, publicado pelo CNJ.

Ressalta-se que, em 2022, o PJPJPA cumpriu os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), posto que a Despesa Total com Pessoal representou 3,40% sobre a Receita Corrente Líquida do Estado do Pará, ficando abaixo do primeiro limite estabelecido na LRF para o Poder Judiciário, qual seja, o Limite de Alerta



representado por 5,40%, além de ser menor que o ano anterior, de 4,05%, conforme Relatório de Gestão Fiscal, 3º quadrimestre de 2022.

Dentre as ações realizadas pelo PJPA voltadas à gestão de pessoal no ano de 2022, destacam-se a recomposição do poder de compra do auxílio alimentação; e a indenização de férias e a conversão de licenças-prêmio em pecúnia para magistrados, magistradas, servidores e servidoras, conforme o Relatório de Avaliação do PPA 2020-2023.

No que se refere as capacitações, no exercício de 2022, a EJPA realizou 2.334 formações. Desse total 291 foram Magistrados e 2.043 Servidores, o que representa em termos percentuais 73% de todos os Magistrados(as) e 35% de todos os servidores(as) do PJPA, conforme o Relatório de Gestão da EJPA biênio 2021-2022.

Gestão de Compras e Contratações

O PJPA não possui indicadores de desempenho que estabeleçam parâmetros de análise deste tópico de gestão. Contudo, destaca-se que o órgão obteve a economia de R\$ 66.101.282,99, o que representa um deságio de 19,20% em relação ao total estimado para as licitações realizadas no exercício.

Obras e Serviços de Engenharia

Para a operacionalização da atividade de Obras e Serviços foram previstos dois Projetos-atividade: Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário e Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.

Para o projeto-atividade Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 54.108.999, tendo sido executados R\$ 33.620.761. Em análise do desempenho físico, percebe-se que a meta foi de 100%, atendendo o programado. No que se refere a economicidade, o resultado demonstra eficiência dos gastos, visto que se atingiu a referida meta utilizando apenas 62,14% da disponibilidade financeira.

Em relação ao projeto-atividade Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário foi disponibilizada a importância de R\$ 34.777.334, tendo sido executados R\$ 22.229.368. Este projeto seguiu comportamento semelhante ao citado



anteriormente, atingindo a meta física de 91,95%, utilizando apenas 63,92% da meta financeira, ratificando a boa gestão dos recursos financeiros.

Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação

Os serviços de tecnologia da informação e comunicação tem avançado muito rapidamente em importância, tanto como condição de possibilidade para a realização da atividade fim do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, entendida como a prestação jurisdicional a que este órgão do judiciário se encontra legalmente vinculado, quanto para a realização de suas atividades meio, destinadas a subsidiar e viabilizar as demais atividades.

Nos últimos anos, com o avanço da concepção de Governo Digital (e-gov) e a prestação de serviços ao cidadão via internet, essa importância tornou-se crítica, requisitando não somente a gestão dos ativos e serviços internos nesta área, incluída aí a criteriosa gestão da segurança da informação, como também o concurso de prestadores de serviço técnico especializados, na forma de contratos de prestação de serviços por meio de sistemas de software e suas respectivas atualizações e correções de segurança.

Ação	Origem		Financeiro em R\$			Físico			
			Dot/ Atualizada OGE 2022	Executado	% Execução	Produto/ Um. de medida	Programado	Executado	% Execução
Atualização, expansão e manutenção da infraestrutura tecnológica do Poder Judiciário	1º grau	FRJ	R\$ 37.978.850,00	R\$ 29.711.931,00	78,2%	Unidade atendida (Un)	113	113	100%
		TJE	R\$ 22.794.804,00	R\$ 22.351.435,00	98,1%				
	2º grau	FRJ	R\$ 6.406.182,00	R\$ 3.319.959,00	51,8%	Unidade atendida (Un)	1	1	100%
		TJE	R\$ 6.343.000,00	R\$ 6.296.476,00	99,3%				
	Apoio indireto à atividade judicante	FRJ	R\$ 13.677.416,00	R\$ 7.453.219,00	54,5%	Unidade atendida (Un)	6	6	100%
		TJE	R\$ 8.516.000,00	R\$ 8.385.610,00	98,5%				
TOTAIS			R\$ 95.716.252,00	R\$ 77.518.630,00	81%		120	120	100%

Fonte: Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 do TJPA – Exercício 2022.

Para o exercício de 2022, na dimensão do Plano Plurianual (PPA/LOA), o TJPA orçou o dispêndio no valor de R\$ 95.716.252,00 para atender o projeto-atividade “Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Poder Judiciário”. Do montante dotado, R\$ 77.518.630,00 destes créditos foram suficientes para o atingimento de 100% da meta física, correspondendo ao valor percentual de 81% do orçamento total.



Origem	Dotado	Executado	% Execução
Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	R\$ 58.062.448,00	R\$ 40.485.109,00	70%
TJE	R\$ 37.653.804,00	R\$ 37.033.521,00	98%
TOTAL	R\$ 95.716.252,00	R\$ 77.518.630,00	81%

Demonstrações Contábeis

A estrutura das Demonstrações Contábeis apresentadas para o exercício 2022 está de acordo com os princípios contábeis aplicáveis à Contabilidade do setor público, segue os parâmetros da Lei nº 4.320/1964 e modelos do MCASP.

Cabe ressaltar que, até a data de elaboração deste relatório, o SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios), em consulta, ainda se encontrava com o mês de dezembro com a inscrição “ABERTO”, ou seja, o mês de dezembro ainda não estaria consolidado e passível de registros, alterações e correções. No intuito do cumprimento do prazo de prestar contas, a SEFIN deste Tribunal apresentou demonstrativos extraídos do referido sistema na data de 27/02/2023.

Ressalta-se ainda que, em que pese a estrutura das demonstrações apresentar conformidade com as normas contábeis, os valores que compõem os saldos apresentados não foram objeto de análises, cabendo esta análise mais aprofundada aos trabalhos operacionais de auditoria.

Importante destacar que esta SEAUD solicitou, em alguns casos, esclarecimento sobre valores, ora em análise isolada, ora cotejados com saldos de exercícios anteriores, tais informações constam em Notas Explicativas, elaboradas pelas unidades responsáveis, nos respectivos Demonstrativos.

CONCLUSÃO DA SEAUD

Conforme o exposto, verificou-se o bom nível de gestão nas áreas avaliadas e o contínuo aprimoramento das unidades administrativas nos seus processos, controles internos e atividades de prestação de contas, bem como, infere-se a gestão empenhada em reduzir fragilidades e riscos administrativos e preocupada em gerir a coisa pública de forma equilibrada, eficiente e eficaz, refletidos nos instrumentos contábeis, financeiros, orçamentários e de gestão, objetos do presente relatório.



Registre-se que não foram identificadas impropriedades que tenham comprometido os atos dos responsáveis pela gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará, no exercício de 2022.

Em suma, com base na análise da documentação exigida pelo TCE-PA para fins de Prestação de Contas Anual de Gestão, esta SEAUD informa que não encontrou irregularidades ou ilegalidade, como indícios de enriquecimento ilícito de gestor, prejuízo ao erário e ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, imparcialidade e de legalidade, nos termos do Art. 11 da Lei nº 8.429/1992, e, por esse motivo, conclui ser possível recomendar a aprovação das contas do TJPA em relação ao exercício de 2022.

Submetemos o presente relatório à apreciação do Secretário de Auditoria Interna e posterior encaminhamento à Presidência desta Corte.

É o relatório.

Belém, 30 de março de 2023.

Humberto Pereira Lima Filho
Analista Judiciário – Ciências Contábeis

Paulo Roberto Martins da Cunha
Analista Judiciário – Análise de Sistemas/Suporte

Stela Reis de Souza
Analista Judiciária – Ciências Contábeis

Sheila Alves de Lima Maciel
Requisitada – Arquiteta

Milene Laíse Silva Correa
Chefe da Divisão de Fiscalização e Monitoramentos

Lourival Pereira Boulhosa Neto
Chefe da Divisão de Auditorias

Betânia Souza da Silva Pinheiro
Coordenadora do Núcleo Estratégico de Governança de Auditoria e Risco

TIAGO SILVA GUIMARÃES
Secretário de Auditoria Interna

